



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 410 - DE 01 a 15 DE MAIO DE 2011 - R\$ 3,00

**Que o 1º de Maio de 2011 se coloque sob as bandeiras:**

- **Combater a ofensiva mundial do imperialismo**
- **Apoiar os levantes revolucionários no Norte da África e Oriente Médio**
- **Pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB**
- **Empunhar um programa de defesa da vida das massas que se dirija a destruir o capitalismo pela revolução proletária**



**Viva o movimento revolucionário das massas árabes! Abaixo as ditaduras da feudal-burguesia! Defesa da autodeterminação dos povos! Fim imediato dos bombardeios imperialistas à Líbia! Por um programa de defesa da classe operária e dos demais explorados! Constituir uma oposição revolucionária ao governo pró-imperialista de Dilma! Toda força à tarefa de construir o partido operário revolucionário! Superar a crise de direção, reconstruindo a IV Internacional**

# **Aos trabalhadores e à juventude oprimida: Que o 1º de Maio de 2011 se coloque sob as bandeiras:**

## **Combater a ofensiva mundial do imperialismo**

## **Apoiar os levantes revolucionários no Norte da África e Oriente Médio**

## **Pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB**

## **Empunhar um programa de defesa da vida das massas que se dirija a destruir o capitalismo pela revolução proletária**

Ao Partido Operário Revolucionário (POR), não há dúvida de que em todo o mundo o 1º de Maio deve estar voltado para o movimento das massas exploradas árabes, que pagam com sangue a luta pela derrubada das ditaduras e monarquias. A revolta na Tunísia foi um estopim que fez explodir sublevações e movimentos que objetivamente se chocam não apenas com os regimes autocráticos da feudal burguesia árabe, mas também com a dominação imperialista.

A intervenção das potências, liderada pelos Estados Unidos, para impedir a derrocada dos Estados policiais árabes e bloquear o desenvolvimento das revoluções democráticas é a prova mais evidente de que a luta de classes e nacional entrou em uma nova etapa com a crise mundial. Na Tunísia e Egito, sob a bandeira da democracia e da paz social, o imperialismo tomou a iniciativa de remover os ditadores, de estabelecer uma transição controlada pela feudal-burguesia, de cooptar uma parcela da oposição pequeno-burguesa e de refluir o levante.

Na Líbia, a situação de guerra civil o obrigou à ação militar. O cerco marítimo e aéreo do País modificou completamente o conflito interno. Estabeleceu que a derrubada de Kadafi será obra da invasão militar pela coligação dos Estados Unidos, Inglaterra e França. O que obriga o proletariado mundial a rechaçar a intervenção e a defender que a nação oprimida volte todas as armas para derrotar os invasores.

No Bahrein e Iêmen, a intervenção segue a linha imposta ao Egito. A Arábia Saudita e Jordânia conseguiram limitar as manifestações. São monarquias que servem ao imperialismo para concretizar sua estratégia geral de quebrar as sublevações, de conservar as bases centralizadoras dos regimes e manter o do-

mínio das potências em toda a região.

A tempestade social que se armou desde a Tunísia breiou a ofensiva dos Estados Unidos contra o Irã. As condições para uma guerra invasora ao país persa, como a do Iraque e Afeganistão, estavam e estão em estado adiantado de preparação. Sob o impacto dos acontecimentos árabes, o confronto de Israel com os palestinos de Gaza foi retomado. E, nesse exato instante, a ONU e a França usam a força internacional imperialista para decidir o choque entre facções da classe dominante da Costa do Marfim.

*Estamos diante de rebeliões das nações oprimidas contra os velhos e novos colonialistas que assumiram a forma do capital financeiro, dos monopólios industriais e comerciais. Rebeliões contra os regimes entreguistas da feudal-burguesia, que põem à tona a opressão de classe e nacional.*

O ataque militar contra as forças do governo de Kadafi expressam as tendências bélicas da crise capitalista e os métodos de dominação do imperialismo sobre as nações oprimidas. O imperialismo assumiu plenamente o intervencionismo, impulsionado pela retomada da crise estrutural do capitalismo e facilitado pelo retrocesso do movimento revolucionário mundial. Retrocesso que se iniciou com a vitória de Stálin na ex-União Soviética contra a Oposição de Esquerda trotskista, que se consolidou com a destruição da III Internacional e se aprofundou com o processo de restauração burguesa nos países em que triunfaram as revoluções proletárias.

*Está aí por que o grande problema do movimento democrático revolucionário das massas árabes está na ausência dos partidos comunistas, marxistas-leninistas- trotskistas e da IV Internacional. A III*

*Internacional foi liquidada e a IV não se construiu fisicamente no seio do proletariado mundial - vive no Programa de Transição.*

A bandeira da **autodeterminação dos povos** somente pode ser empunhada pelo proletariado organizado e pela maioria oprimida. A revolução democrática contra as ditaduras e a feudal-burguesia árabe não tem como triunfar a não ser sob a direção do proletariado organizado em seu partido, portanto, como etapa inicial da revolução socialista. Mas as experiências das massas permitem à sua vanguarda colocar-se perante a tarefa de retomar o marxismo-leninismo-trotskismo e trabalhar pela superação da crise de direção. É o que o **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional** faz na Bolívia, Brasil e Argentina. Trata-se de se ampliar a outros países.

O mesmo entrave vivido pelos levantes árabes se passa com o movimento operário na Europa. O velho continente, marcado por vigorosa tradição revolucionária, vem sendo estremecido pela desintegração do capitalismo. Não por acaso, a França retoma o expansionismo imperialista, saindo da sombra dos Estados Unidos para praticar abertamente o intervencionismo. As lutas grevistas contra as medidas antipopulares dos Estados europeus e contra o aumento do desemprego colocam as respostas operárias imediatas, mas também a necessidade do programa da revolução social.

São sintomáticas as manifestações moleculares e a enorme mobilização do funcionalismo em Wisconsin nos Estados Unidos. A burguesia norte-americana está obrigada a ir fundo no ataque à vida dos explorados. Podemos esperar um recrudescimento da luta de classes na maior potência.

A América Latina vem sendo pintada de rosa pela burguesia brasileira. Mas as constantes mobilizações populares na Bolívia, os conflitos no Peru, as mobilizações na Argentina e agora no Brasil com as greves operárias nas obras do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC) do governo Lula/Dilma perturbaram a letargia imposta pela política de conciliação de classes.

A burguesia latino-americana não está tão segura da estabilidade econômica dos últimos anos de recuperação, que parecia perdurar por muito tempo. Certamente, em nenhum outro país as massas têm respondido tão prontamente aos ataques do governo burguês como na Bolívia. O país andino está amadurecido para a revolução e conta com um partido temperado na luta de classes – o **Partido Operário Revolucionário boliviano**. A tendência geral é de aumentar a atividade política dos explorados.

O nosso atraso tem a ver com o bloqueio construído pelo reformismo petista e por aliados que se vestem de esquerda, do comunismo e mesmo do trotskismo. As tendências grevistas dos assalariados, o movimento camponês dos sem-terra e as mobilizações estudantis que se manifestaram no fim da ditadura militar e que se projetaram nos anos seguintes foram canalizados para levar o caudilho Lula ao poder. Estatizaram-se os sindicatos, sob a direção da burocracia autoritária. Cerraram a evolução do proletariado brasileiro que caminhava para uma política de independência de classe. E isolaram o movimento camponês em reivindicações corporativas e dependen-

tes do Estado. O estatismo sindical e o corporativismo camponês serviram de sustentação ao governo burguês de Lula, que governou em função do grande capital.

A eleição de Dilma Rousseff expôs a submissão do PT e de sua burocracia sindical a grandes grupos econômicos. Nos cem dias do novo governo, evidenciou-se que a coligação PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB responde à virada direitista de Dilma. Alinhou-se o Brasil atrás do imperialismo norte-americano, determinou-se uma diretriz econômica de contenção das reivindicações dos explorados e colocou-se a polícia especial contra os grevistas nas obras do PAC. O aprumo pela direita expressa as tendências da crise mundial e a volta no Brasil dos desequilíbrios econômico-financeiros. A intransigência de Dilma diante das Centrais que a apóiam em conceder um mísero salário mínimo de R\$ 580, reajustando-o abaixo da inflação no valor de R\$ 545, foi um sinal ao grande capital de que fará um governo de ataque à vida das massas.

A central de esquerda CSP-Conlutas e Intersindical se negaram a levantar a bandeira de salário mínimo vital e fizeram a concessão de propor um valor muito abaixo das reais necessidades da família assalariada. Mesmo assim, mostraram-se incapazes de fazer uma campanha operária e de massa. Mostraram-se, portanto, submetidas às ações parlamentares e às manobras políticas da grande burocracia da CUT e da Força Sindical.

Ao contrário, o POR convoca a militância classista e revolucionária a trabalhar por um programa de reivindicações que defenda de fato a vida dos explorados, cujos pilares são **a erradicação do desemprego, da miséria, da fome e do analfabetismo, por meio da implantação do salário mínimo vital, da escala móvel de reajuste, da escala móvel das horas de trabalho, fim do trabalho terceirizado, do controle operário da produção, nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres. Essas reivindicações correspondem à tarefa histórica de expropriar a burguesia por meio da revolução e ditaduras proletárias.**

É com esse programa e com o método de ação direta da classe operária que os explorados exercerão uma **oposição revolucionária ao governo burguês pró-imperialista de Dilma Rousseff**. A melhor maneira de apoiar o movimento revolucionário nos países árabes conflagrados é organizar a luta em nosso país empunhando o programa de transição para o socialismo e construindo o *partido mundial da revolução, a IV Internacional*.

Viva o movimento revolucionário das massas árabes!

Abaixo as ditaduras da feudal-burguesia!

Defesa da autodeterminação dos povos!

Fim imediato dos bombardeios imperialistas à Líbia!

Por um programa de defesa da classe operária e dos demais explorados!

Constituir uma oposição revolucionária ao governo pró-imperialista de Dilma

Toda força à tarefa de construir o partido operário revolucionário!

Superar a crise de direção, reconstruindo a IV Internacional

1º de maio de 2011

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Aplicação do Programa de Transição da IV Internacional

Não é nosso objetivo tratar da aplicação de todos os aspectos do Programa de Transição. O fundamental está em reconhecer a sua vigência como método e a atualidade de suas bandeiras transitórias.

A recente aprovação pelo Congresso Nacional do reajuste do salário mínimo de R\$ 510 para R\$ 545 constituiu um ataque do governo PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB aos explorados. Os valores defendidos pelas centrais, incluindo a Central Sindical Popular-Conlutas (CSP-C), e os métodos para defendê-los estiveram na contra mão das necessidades elementares das massas. O Partido Operário Revolucionário fez uma campanha nas fábricas, apesar de seu pequeno alcance, pela reivindicação do salário mínimo vital, uma das bandeiras do Programa de Transição.

Notamos que, via de regra, as correntes que se reivindicam da IV Internacional pensam e agem no sentido contrário. O PSTU que dirige a CSP-C defendeu um reajuste de 62%, que equivalia a elevar o salário mínimo para R\$ 826,20. O Trabalho, corrente interna do PT, e que se pronuncia como seção da IV Internacional, fez campanha por R\$ 580,00. Valor esse proposto pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), controlada pelo PT, pela Força Sindical (FS), controlada pelo PDT e Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), controlada pelo PCdoB estalinista. Como se vê, cada corrente propôs o que queria, sem que tivesse qualquer relação com a defesa do salário mínimo como consigna transitória. Assim, estão livres para darem a explicação que lhes convém.

O PSTU atuou em uma frente com a Intersindical propagando que, se os parlamentares podiam se dar um reajuste salarial de 62%, então o Congresso deveria igualmente aprovar o mesmo índice para o salário mínimo. O PSTU não tem representante para inscrever uma emenda parlamentar, mas o PSOL que dirige a Intersindical poderia fazê-lo. O Trabalho tem a seu favor o argumento de que a unidade da CUT, Força e CTB constitui uma tropa de choque sindical capaz de pressionar a presidente Dilma Roussef e os parlamentares da base aliada, principalmente do PT, PDT e PSB. Assim, os auto-intitulados trotskistas se apoiaram na unidade burocrática e na possibilidade de influenciar o governo e o Congresso.

O PSTU dirá que está mais correto do que O Trabalho porque não fez parte das manobras das centrais pró-governo e que sua reivindicação não é tão mesquinha quanto à proposta de R\$ 580. Os operários que ouvirem tal justificativa deverão acreditar que se tratava de duas posições antagônicas, uma vez que a presidente Dilma disse não à CUT e o Congresso aprovou a diretriz governamental. Mas não é tão certo assim. As diferenças não os colocam em pólos opostos. Há que se apontar as semelhanças para se estabelecer a verdade por completo. Primeira, tanto R\$ 580, quanto R\$ 826,20 não correspondem às necessidades de uma família de quatro pessoas. Segunda, nem a CUT, nem CSP-C se basearam em algum cálculo referente ao custo de vida. Terceira, nenhuma das duas serviu para mobilizar os trabalhadores. De maneira que a CSP-C/PSTU e Intersindical/PSOL não fizeram uma campanha no seio das massas de

denúncia do salário mínimo de fome das centrais governistas e não trabalharam pela mobilização. Estiveram na dependência das manobras da grande burocracia e da politicagem do Congresso Nacional. Não puderam dizer para os explorados que os R\$ 826,20 também estavam muito aquém das necessidades da família operária e que, por isso, também eram de fome.

O Dieese demonstra em seus cálculos o valor de R\$ 2. 227, sem dúvida, mais próximo das reais necessidades. O POR estima o valor de R\$ 3. 824. Há diferenças quanto às estimativas de gastos. Como resolver? Basta que se apresentem os cálculos nas assembléias e os trabalhadores saberão dizer qual deles é o mais certo. Ocorre que a CSP-C/PSTU decidiu fazer um acordo com a Intersindical desconhecendo os cálculos e assumindo a bandeira demagógica de reajuste igual ao dos parlamentares (62%). O que era motivo de se rechaçar se tornou base de isonomia.

Como é que uma corrente que se reivindica do marxismo e do trotskismo pôde descer tão baixo? Encontramos a resposta no abandono do Programa de Transição, às vezes citado e reivindicado formalmente.

No seu ponto 4, a IV Internacional defende como reivindicações essenciais para proteger a vida dos explorados contra a decomposição do capitalismo e do pauperismo a **ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS E ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO**. São duas medidas interligadas que aplicadas garantem o emprego a todos e a manutenção do valor dos salários diante da inflação. O Programa de Transição foi aprovado na Conferência de fundação da IV Internacional de 1938, portanto, em uma situação de aguda crise econômica mundial. Continua válido para os dias de hoje? Afirmamos sem pestanejar que sim. Avaliação que implica levá-lo à prática.

O que dizem o PSTU e O Trabalho? Pela prática, afirmam que é inaplicável. Ocorre que o capitalismo atravessou uma década de crescimento e de redução da taxa de desemprego aberto. Os revisionistas, centristas e oportunistas que se travestiram de trotskismo se sentiram confortáveis de não precisarem fazer referência ao Programa de Transição, a não ser choramingarem sobre a crise de direção e reclamarem da barbárie capitalista. Choramingam porque desligam dessas duas caracterizações as reivindicações transitórias e a estratégia revolucionária. Mas mesmo com a taxa de desemprego estagnada ou em baixa o exército de desempregados continua a destruir parte da força de trabalho.

No mesmo ponto 4, está formulado: “O salário, com um *mínimo* estritamente assegurado, acompanharia o movimento dos preços. Nenhum outro programa pode ser aceito para o período catastrófico atual.” Qual é o “mínimo estritamente assegurado”? É o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**. A luta contra a catástrofe da miséria começa por emprego a todos e um salário mínimo que cubra todas as necessidades básicas da família operária.

Da burguesia e seu governo não se pode esperar outra resposta que não seja: a economia não aguenta. E da burocracia: a classe operária não luta por reivindicações muito eleva-

das, sabendo que não pode alcançá-las. Evita-se assim colocar para os explorados as bandeiras que expressam a defesa de suas vidas. Os centristas, por sua vez, procuram atalhos, que os livres de se colocar como soldados revolucionários da classe operária e de não aguçarem o ódio da burguesia à luta de classes. Não custa muito aos revisionistas ficarem à esquerda da burocracia direitista e praticarem um sindicalismo aparentemente radical.

O Programa de Transição não foi elaborado para encontrar soluções para o capitalismo catastrófico, nem para colocar bálamo nas feridas dos pobres e famintos. Edificado na análise do esgotamento histórico do sistema capitalista e munido do método da luta de classes, o Programa parte da radical defesa das condições de existência dos explorados e chega ao objetivo final de derrubada da burguesia do Estado por meio da revolução proletária. A classe operária e os demais explorados sabem de suas desgraças diante do desemprego, do subemprego e dos baixos salários. Mas precisam ser convencidos de que são

capazes de se levantar contra os exploradores e de formular um programa classista. Cabe à direção revolucionária cumprir essa tarefa, por meio da experiência das massas.

Quaisquer que sejam as aspirações dos explorados, por menor que sejam, estamos obrigados a defendê-las. Mas não estamos obrigados a dispensar as reivindicações transitórias, que levam a classe operária a se chocar com os pilares de sustentação do capitalismo. O fato de o governo burguês ter de colocar em discussão o reajuste do salário mínimo é uma oportunidade para os marxistas-leninistas-trotskistas defenderem as consignas transitórias, desmascararem a burocracia, denunciarem os partidos burgueses e confrontarem-se com a classe exploradora. Um país em que 50 milhões sobrevivem com um salário mínimo e outros milhões com menos do que R\$ 545 se encontra em estado catastrófico. Somente partindo do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL é possível enfrentá-la. Essa é uma das exigências da aplicação do Programa de Transição.**

## HISTÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

# Uma história de exploração, miséria e fome

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi criado o salário mínimo. O programa da Aliança Liberal, exigia um código de trabalho que garantisse previdência social, salário mínimo e férias para todos os trabalhadores. Procurava adotar medidas que se antecipassem ao movimento operário. Por isso, após o golpe que o colocou no poder, Vargas irá instituir em 1938 o salário mínimo que, somente em 1º de maio de 1940, entrará em vigor. Define como sendo “a remuneração mínima capaz de satisfazer as necessidades normais de todo trabalhador adulto em relação à alimentação, habitação, vestuário, higiene, etc.” O valor do salário mínimo é estipulado a partir de uma tabela de ração mínima necessária, que corresponde ao conjunto variável de produtos divididos em doze grupos. Essa tabela é utilizada até hoje pelos institutos de pesquisa como base para os cálculos do salário mínimo. Por ser definida pelo governo burguês não expressa as reais necessidades dos trabalhadores.

Nesse período, havia um valor de salário mínimo para cada sub-região do país, totalizando 14 valores distintos para todo o Brasil. Em junho de 1943, foi dado um primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano. Após esses aumentos, o salário mínimo passou mais de oito anos sem ser reajustado, sofrendo uma queda real da ordem de 65%.

A política nacionalista de Getúlio Vargas expressava os interesses da burguesia industrial nascente. Para alijar o proletariado de suas conquistas através das lutas grevistas, o governo implantará uma forma de controle dos salários: o salário mínimo. Além disso, empreendeu uma brutal intervenção nos sindicatos e partidos que representassem qualquer ameaça ao capital. Desta forma, o Estado, agente dos interesses da classe dominante, passou a definir os índices de reajuste do salário e o que poderia ser comprado com esse valor, como também os rumos do movimento sindical.

Esse método foi assimilado pelos governos posteriores, que mantinham os salários sempre em um patamar abaixo do necessário. Além do que as oscilações da economia, em períodos de crise econômica, eram repassadas aos operários. É desta forma

que os governos achatam ao máximo o salário mínimo e, conseqüentemente, precarizam a vida da maioria dos trabalhadores. Um exemplo desta situação é que durante o governo de Dutra (1946-50) não houve nenhum reajuste no salário mínimo, que representava, neste período, apenas 53% do valor de 1944.

Em dezembro de 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, houve um novo reajuste dos valores do salário mínimo que repôs o poder de compra dos trabalhadores. Em 1954, como forma de manter o apoio dos operários a seu governo, já desgastado pelos conflitos das frações burguesas, eleva o seu valor em 100%. Isso vai provocar protestos dos patrões e a demissão de seu ministro do Trabalho, João Goulart. No entanto, os reajustes não eram constantes, pois entre 1951 e 1961, portanto dez anos, houve um total de seis reajustes. Mas, para alguns analistas, essa é a fase de maior valorização do salário mínimo. Para os patrões e seus representantes acadêmicos, foi motivo de críticas constantes ao governo, alegando que isso aumentava a inflação.

A partir de 1962, no governo de João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, a inflação corrói o salário mínimo que voltou a perder o poder de compra. Foram concedidos três reajustes durante seu governo. Fato que causou, novamente, o furor da burguesia. No entanto, era um momento em que os movimentos sociais estavam nas ruas reivindicando melhores condições de vida, reforma agrária, emprego, salário, educação. A participação dos trabalhadores havia aumentado consideravelmente. Reivindicavam o aumento de 80%, com ameaças de greve geral. Diante das pressões dos trabalhadores por reformas de base, a burguesia não perdeu tempo. Empreendeu o movimento golpista, que introduziu no Brasil uma ditadura militar de longo duração.

Após o golpe militar, modificou-se a política de reajustes do salário mínimo, abandonando-se a prática de recompor o valor real do salário. Passou-se a adotar uma política que visava a manter o salário médio, e aumentos reais só deveriam ocorrer quando houvesse ganhos de produtividade. Os reajustes eram calculados levando-se em consideração a inflação esperada. O que impôs uma forte queda salarial decorrente da subestimação da inflação



por parte do governo. A partir de 1973, torna-se freqüente a fraude nos salários dos trabalhadores, através da manipulação dos índices de inflação. Enquanto o governo divulgava que o índice inflacionário do período era de 15,5%, o Dieese provava que era de 26,7%. Esse assalto aos salários era de conhecimento do Banco Mundial, que utilizava um índice de 22,5%. Porém, isso só veio à tona alguns anos depois. A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, ao crescimento da inflação, provocaram significativas perdas no poder de compra do salário mínimo. Nesse ano a inflação bate na casa dos 200%. No entanto, esse índice não foi repassado aos salários. Logo o poder de compra dos trabalhadores, com um salário mínimo de fome, caiu assustadoramente.

Com o fim do Regime Militar, a crise econômica estava instalada. No primeiro governo civil, eleito indiretamente, teve início mais uma violenta débâcle do capitalismo. Nessa época, milhões de trabalhadores sofriam o drama da fome, da desnutrição, da falta de moradia e de péssimas condições de saúde. Para os economistas a solução para o problema estava em combater a inflação. No entanto, como já era de se esperar, as medidas adotadas não favoreceram os trabalhadores. O Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, tinha como proposta o congelamento dos preços das mercadorias, o fim da correção monetária, a extinção do cruzeiro e criação de uma nova moeda, o cruzado, e o congelamento dos salários, que seriam reajustados automaticamente sempre que a inflação atingisse 20% (o chamado “gatilho salarial”). No que diz respeito aos salários, houve grandes prejuízos aos trabalhadores, visto que tinham sido congelados pela média dos últimos seis meses e as mercadorias nos preços mais altos. Com o fracasso do Plano Cruzado, vieram outros: Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, mas nenhum obteve sucesso.

Contudo, os trabalhadores não ficaram passivos diante da crise econômica. Deflagraram greves por todo o país, saquearam lojas e supermercados. Nos quatro anos de governo Sarney mais de nove mil greves pipocaram pelo país. No final de seu governo a inflação era de mais de 2.000% ao ano. Isso indica que o salário mínimo não representava nada para os trabalhadores.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-92) marca o início da implantação das políticas neoliberais para a América Latina. No Brasil, as conseqüências foram nefastas: privatização das estatais e a entrega do país ao capital imperialista. A inflação continuava como um problema insolúvel, chegou ao índice de 2.800% ao ano. Foi criado o Plano Collor, que tinha como medidas centrais o bloqueio de contas e aplicações financeiras nos bancos, confisco da poupança e a troca de moeda para o cruzeiro. No entanto, a inflação continuou a crescer. Mais um violento impacto sobre os salários dos trabalhadores.

Itamar Franco (1992-1994), que assume no lugar de Collor, que sofrera impeachment, herdou os graves problemas socioeconômicos produzidos pelo capitalismo: a persistência da inflação; a altíssima concentração de renda; a recessão econômica e o desemprego elevado; o agravamento do problema da fome, afetando metade da população do país. Seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implantou o Plano Real. O resultado foi que a inflação chegou ao patamar semestral de 20% em 1994. Tanto que conseguiu se eleger para presidente na eleição seguinte. Afinal, domar o “dragão da inflação” que destruíra salário e levava a economia burguesa a pique, era um grande feito.

Conseguiu combater a hiperinflação, mas, em seus oito anos de governo, entregou de vez o país nas mãos do imperialismo. Privatizou empresas estatais dos setores de telecomunicações, energia elétrica, siderurgia, mineração e petroquímica. As empresas foram vendidas a preço de banana, mesmo aquelas que eram consideradas lucrativas como a Vale do Rio Doce (mineração) e as empresas do sistema Telebrás. No final de seu governo há o retorno da inflação, onde muitas empresas, reduzindo investimento, passaram a demitir trabalhadores, o que contribuiu para elevar o índice de desemprego no país.

Por fim, assume a presidência da República o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva. Em seus oito anos de governo não conseguiu elevar o valor do salário mínimo. Sua promessa de campanha era de aumentar em 100% seu valor. Introduziu a fórmula de aumento do salário mínimo atrelado ao índice de crescimento do PIB, tendo como base o ano anterior. No entanto, como os trabalhadores não têm nenhum controle sobre as finanças do Estado burguês, fica sob a lógica das oscilações da economia capitalista em seu estágio de decomposição. Concluiu seu governo com um pífio salário mínimo de R\$ 510,00.

No entanto, mesmo que o salário mínimo fosse reajustado ano a ano, desde 1940, estaria ainda muito abaixo daquilo que os trabalhadores precisam para sua reprodução e de sua família. Considerando essa hipótese, o salário mínimo estaria em 2010, com um valor de apenas R\$ 1.119,13.

No “novo” governo que tomou posse em 2011, Dilma Rousseff premiou os assalariados com o inexpressível valor de R\$545,00. Depois de muitos debates sobre o tema, chegou-se à conclusão de que este seria o melhor valor para amparar aqueles que dependem de salário para sobreviver. Esse será um governo de fome e perda de direitos sociais.

O Dieese, que se utiliza da mesma tabela de razão mínima necessária, definida no governo Vargas, informa que o valor, para fevereiro de 2011, deveria estar em R\$ 2.194,18. Em estudos assinala que atualmente há 26% de trabalhadores ocupados, com mais de 10 anos de idade, com rendimento até o equivalente a 1 salário mínimo. Enquanto 22% têm rendimento de 1 a 2 salários mínimos. O que significa, acrescenta, que nada menos que 48% dos ocupados vivem de uma remuneração em torno do salário mínimo. Além disso, segundo a mais recente pesquisa do IPEA, 16% dos trabalhadores não recebem nem 1 salário mínimo. Sendo assim, a grande maioria dos trabalhadores vive na margem da miséria. Qualquer crise que se manifeste, serão empurrados para o labirinto da miséria absoluta. Está aí por que os proletários não podem ter como referência de salário, nem o salário mínimo de fome estipulado pelos governos e patrões, nem o salário do DIEESE. Ambos expressam um valor insuficiente para sua reprodução e de sua família. O cálculo do salário deve ser fruto dos embates de classes, decididos em assembleias. Pois, somente os trabalhadores podem definir o quanto precisam para viver.

Essa é a violenta trajetória do salário mínimo no Brasil. Esse é o retrato de um país de capitalismo atrasado, cuja burguesia nacional se sustenta colocando na miséria milhões de trabalhadores. Portanto, não cabe ao proletariado e aos demais oprimidos esperarem dos governos e dos patrões a solução para a valorização de sua força de trabalho. A História já demonstrou que é a mobilização massiva e as greves que permitirão arrancar dos burgueses parte de seus lucros.

# Divisão interburguesa em torno da reforma do Código Florestal

Os capitalistas da agropecuária e do agronegócio passaram por cima do Código Florestal. Consequentemente, ampliou-se o desmatamento em áreas protegidas por lei federal.

Com as pressões internacionais sobre os países de economia atrasada e semicoloniais para conter o avanço da produção agrária em terras ainda virgens, cobertas por vegetação nativa e regadas por rios, o governo Lula levantou a bandeira ecológica da proteção ambiental e editou, em junho de 2008, o decreto 6.514, que impõe multa aos infratores do Código Florestal. Em cento e oitenta dias, os fazendeiros e agroindustriais, bem como pequenos e médios produtores, teriam de regularizar a situação, iniciando a recuperação da vegetação e delimitando suas atividades às regras de proteção dos rios.

Lula adiou o seu cumprimento sob exigência dos partidos, que têm no Congresso uma expressiva bancada de ruralistas, formada por deputados e senadores de quase todas as agremiações. Em junho deste ano, vencerá a prorrogação sem que os agroindustriais tenham cumprido o decreto. Está aí o alvoroço para se modificar o Código Florestal.

O deputado Aldo Rebelo, antigo militante estalinista do PCdoB, foi encarregado de assumir a causa dos ruralistas, juntamente com a senadora do direitista DEM e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu, o deputado Moreira Mendes (PPS-RO), presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, e com o deputado ruralista Moacir Micheletto (PMDB-PR), ex-relator do projeto de mudança do Código Florestal. A meta dos arautos da reforma não se limita a evitar as punições, acusadas de criminalizar os agricultores, mas também faculta maior liberdade de expansão da agroindústria.

Os ambientalistas que servem às campanhas internacionais, como o Partido Verde e em certo sentido também o PSOL, compõem como opositores que admitem concessões até certo ponto. Aldo Rebelo foi acusado, pelos mais radicais, de pular para o lado da agroindústria, servindo aos interesses do grande capital que penetra no campo. Em resposta, acusou os defensores do Código Florestal de estarem a serviço das potências que protegem a sua agricultura. Detalhou que há muitas ONGs ambientalistas financiadas pelos estrangeiros – não ouvimos de sua boca a palavra imperialista.

Assim, o conflito foi caracterizado de divergências entre desmatadores e preservacionistas. Demonstraremos que ambas as posições falseiam os reais problemas estruturais da terra e da economia agrária.

Eis alguns dos argumentos do representante do PCdoB: 1. Defesa da agricultura nacional em oposição aos interesses forâneos; 2. Utilização indevida do ambientalismo contra os interesses nacionais; 3. Errônea contraposição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Eis os de vários ambientalistas: 1. A agroindústria é responsável pela devastação; 2. A preservação do ecossistema favorecerá o desenvolvimento sustentável; 3. O Brasil tem terra mais do que suficiente já em uso ou pronta para tal sem que haja necessidade de desmatar. 4. A anistia àqueles que desrespeitaram a lei é um aceno para continuar a fazê-lo.

Voltaremos a esses argumentos. Antes vejamos alguns pontos

do conflito. O Código Florestal foi aprovado em 1965, sob o regime militar. Os ruralistas reclamam, e Aldo Rebelo lhes serve de caixa de ressonância, de que inúmeras mudanças foram feitas posteriormente, já no período democrático, pelo Executivo. Mudanças que tornaram a legislação inaplicável. Por exemplo, zonas do Cerrado somente foram incluídas como reserva legal a partir de 1989. O desmatamento dessa vegetação para o plantio de soja tem sido gigantesco. Depois da Amazônia, o Cerrado é classificado como mais importante bioma, de suas entranhas nascem grandes bacias hidrográficas. São dados que servem aos ambientalistas e ONGs mantidas por governos e grupos estrangeiros.

O relatório do parlamentar peucedobista, em contrapartida, calcula que “90% do universo de 5,2 milhões de propriedades rurais no país” estão na ilegalidade. Logo, o problema abrange do pequeno agricultor ao grande capitalista. Há estimativas de que há uma área da reserva legal e de proteção permanente entre 850 mil a 961 mil Km<sup>2</sup> que foi desmatada. São dados que indicam a impossibilidade de recuperá-la. E não há intenção, na verdade, de fazê-lo. Aldo Rebelo argumenta que não é viável despendar fortunas com o reflorestamento. A violação das reservas legais e das áreas de preservação permanentes (APP) é um caminho sem volta – essa é a conclusão do relatório de Aldo Rebelo. Sendo assim, cabe passar uma borracha no passado e encarar o futuro com algumas mudanças para que os capitalistas do agro não precisem continuar com a violação.

No governo, não existe consenso. O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, está com os ruralistas e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é mais ou menos contra. Desde o momento em que todos se puseram de acordo que o Código Florestal deve ser mudado, as negociações acabaram por dar primazia ao parecer de Aldo Rebelo favorável ao Projeto de Lei 1.876, de 1999. Certamente, com os devidos reparos. Caso não se consiga votar a tempo, o governo já acenou com mais um adiamento da aplicação da penalidade do decreto 6.514. A disposição da ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, é resolver logo a pendência. Pelo visto, o fundamental da exigência dos capitalistas do agro será atendido.

Aldo Rebelo se esforçou em comprovar que a mudança no Código Florestal é boa para muitos pequenos e médios proprietários, de várias regiões do País. Nos debates, dramatizou a situação dos menores que teriam suas lavouras e parcas economias inviabilizadas. Para concretizar seu parecer, propõe liberar as propriedades de até 4 módulos fiscais do critério de reserva legal. O módulo é uma medida de área que varia segundo a região, assim vai de 20 a 400 hectares. Em estados já desmatados e de alto desenvolvimento econômico 4 módulos liberados pode ser muito, segundo a posição da ministra do Meio Ambiente (“Se o projeto extinguir reserva legal nessas áreas, vão se formar grandes polígonos sem proteção, exatamente nas áreas que foram expostas a sucessivos desmatamentos, comprometendo as reservas de recursos hídricos”) (O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2011)

A ministra, ao que parece, já abandonou esse ponto de vista e admite os casos de desmatamentos anteriores à lei de 1996, que passou a exigir 80% de reserva legal nas áreas de floresta da Amazônia. Ponto a ponto, governo e ruralistas vão fazendo as contas e

se aproximam. Tendo um projeto de base comum, torna-se viável votar as diferenças. Os ambientalistas, hipócritas e politikeiros, já cumpriram sua função de polemizadores e ficarão como coadjuvantes. Grande parte deles, sem dúvida, está a serviço dos interesses da burguesia agrícola da Europa e dos Estados Unidos, que financiam as ONGs para semearem sua política imperialista nas semicolônias.

Ocorre que as transformações na economia agrária do Brasil nas últimas décadas se deram com a penetração do grande capital no campo e com ele o capital multinacional. Aldo Rebelo quer aparecer como a Madre de Calcutá para os pequenos e pobres desmatadores, no entanto protege poderosas companhias agroindustriais. O estalinista histórico se banha do nacionalismo para livrar o grande capital da aplicação do Código Florestal. Não distingue os interesses nacionais dos interesses imperialistas, ao não distinguir setores da burguesia agrária das multinacionais. E não distingue o grande capital agrário da propriedade camponesa. Todos estariam sendo prejudicados pelo Código Florestal. Portanto, seriam todos beneficiados. Os pequenos e médios (4 módulos) teriam alguma vantagem a mais.

Mas o fato é que não existe tal Código, uma vez que foi completamente desrespeitado. Na verdade, pretende-se mudá-lo para que o governo não tente fazer valer aquilo que já ficou para trás. Ocorre que não há Código que breque a penetração do capital onde dê lucro. Não faltaram chamados para que as ONGs ambientalistas fossem defender nos Estados Unidos e na Europa o reflorestamento. Não o farão, certamente. Embora seja real o avanço do capital sobre o Cerrado, as florestas amazônicas, o Pantanal, etc., o ambientalismo serve tão-somente a disputas interburguesas.

É líquido e certo que as multinacionais da agroindústria norteamericanas e européias que desnacionalizam as terras brasileiras não estão preocupadas com o preservacionismo. Se a soja tem bom mercado, vão produzi-la onde aprouver. Lembremos a história dos transgênicos. Por um breve tempo, se digladiou em torno de seus perigos. Lula acabou dando ordens para a ministra Marina da Silva parar de aporrinhar e liberar as multinacionais. Assim foi. O grande capital impera no final das divergências.

Um argumento de Aldo Rebelo: “O que se discute é que o mundo precisará de mais de 1 bilhão de hectares para a agricultura em 2030. As únicas áreas disponíveis no mundo se encontram no Brasil, na América Latina e na África.” Basta deduzir: logo o capital terá substancial mercado de commodities e forçará o caminho onde as terras e recursos naturais estiverem à disposição. Não há como proteger a natureza contra a exploração do capital. A razão está em que não pode proteger o próprio homem.

A economia deve continuar se expandindo, mas não necessariamente sob a forma do capital e da anarquia da produção. Chegamos ao ponto. Tanto Aldo Rebelo, que não passa de uma peça para a causa dos ruralistas e da agroindústria, quanto os ambientalistas, que expressam interesses estranhos, estão a serviço do capitalismo, mais precisamente do grande capital. Seja no caso dos protecionistas ou das multinacionais norte-americanas, francesas, etc.

O desentendimento burguês sobre o Código Florestal traz à tona a estrutura agrária do Brasil continental. Eis os problemas fundamentais e as tarefas para enfrentá-los. 1. A grande propriedade terra passou a contar com agroindústria, que avançou sobre as antigas relações de produção latifundiárias. 2. A estrutura latifundiária do passado não foi substituída integralmente pelas modernas formas

capitalistas de produção, sendo que regiões economicamente mais atrasadas mantêm o peso dos métodos arcaicos; 3. A pequena e média propriedade continua entrelaçada à grande, dela depende e por ela é explorada. 4. Uma massa de camponeses pobres sobrevive na miséria em milhões de minifúndios, cuja área total é exígua perante a área concentrada pela grande propriedade do antigo latifúndio e da moderna agroindústria. 5. Um considerável contingente de camponeses sem-terra não foi proletarizado, sobrevive à míngua à espera de reconquistar um pedaço do solo ou se assalarar. 6. As multinacionais do agro, da exploração de minérios e financistas internacionais aumentam seus interesses pelas terras brasileiras e provocam a desnacionalização do solo. 7. Com o aumento do consumo mundial de alimentos e matérias primas, o Brasil vem se projetando como produtor e exportador de commodities, de forma que o grande capital penetra vorazmente em todas as regiões do País.

Essas relações de propriedade, de produção e de classes sociais estão por baixo e por cima do Código Florestal. Não há governo que possa fazer valer uma lei disciplinadora da anarquia social da produção capitalista. A continuidade do avanço da produção agrária de forma ordenada, voltada a penalizar o mínimo possível os recursos naturais e munida de meios para repor perdas (reflorestamento, técnica de plantio, etc.) depende de mudanças estruturais a começar pelas relações de propriedade. As terras devem deixar de ser utilizadas como forma de capital, por meio da expropriação da burguesia. Uma vez que estejam estatizadas e nacionalizadas, colocadas sob o controle da classe operária e dos camponeses, serão passíveis de planejamento.

A defesa da natureza e do homem depende não de um Código Florestal, manejado pela classe burguesa e sujeito à anarquia da produção capitalista, mas sim de uma produção racionalizada como parte de uma economia geral planejadas, ou seja, socializada. Essa tarefa não tem como ser assumida por nenhuma fração da classe exploradora. Trata-se de uma transformação que a classe operária, unida à maioria nacional oprimida, irá realizar por meio da revolução proletária. Sob a essa condição, ocorrerá uma revolução agrária.

As condições históricas estão dadas para mudanças estruturais. A burguesia nacional se constituiu como classe entrelaçada ao imperialismo. Não tomará nenhuma medida que fira os interesses das multinacionais. Ao contrário, a classe operária, constituída e concentrada pela grande indústria, tem como lutar por um programa de transformação. A classe de camponeses pobres continua ameaçada pela penetração da agroindústria. A bandeira de expropriar sem indenização o capital agroindustrial estrangeiro e seus sócios brasileiros está colocada. Há pouco o governo estabeleceu alguns limites à desnacionalização das terras, mas sabemos que não passam de panos quentes. A tarefa de arrancar a propriedade latifundiária das mãos da velha oligarquia assume nova forma e conteúdo: trata-se de combinar a transformação da propriedade privada da terra em propriedade estatal com a expropriação da indústria de transformação agrária, cujo conteúdo é democrático, antiimperialista e socialista. A revolução agrária, assim, é parte da revolução proletária.

O Programa de Transição da IV Internacional estabelece que nos países semicoloniais as tarefas democráticas pendentes não resolvidas pela burguesia nativa passaram para as mãos da classe operária, que, em aliança com a classe camponesa, lutará pelo poder. Essa diretriz aplica-se nas particularidades do Brasil.



# Direito à autodeterminação dos povos

A defesa da independência e da soberania das nações e povos oprimidos passou para as mãos da classe operária. Nenhuma fração da burguesia tem como defendê-la e assegurá-la. Não que não faltem tentativas. Sob a bandeira do nacionalismo, têm se realizado tentativas de independência, que fracassaram ou estão em vias de fracassar. É o caso do Irã, no Oriente Médio, da Venezuela, na América Latina ou da Coreia do Norte, na Ásia. Acoissadas por pressões econômicas do imperialismo e ameaçadas de intervenção – como no caso do Irã – a burguesia, ou a burocracia governamental, tende a limitar a soberania e a fazer concessões.

Os poucos exemplos de Países dirigidos por governos que pugnam por preservarem interesses nacionais e apresentarem-se como soberanos e que, por isso, estão em conflito com as exigências das potências, indicam o brutal domínio do capital financeiro e dos monopólios industriais e comerciais. Não é um fenômeno novo. Mas se manifesta sob determinadas particularidades da situação mundial.

Há algum tempo as potências vêm apregoando que o capitalismo alcançou o mais alto grau de globalização, que aumentou a interdependência entre as economias nacionais, que novas potências estão se constituindo e que as antigas reduzem a hegemonia, principalmente os Estados Unidos. Esse fenômeno comprovaria o fortalecimento do capitalismo e a inviabilidade histórica do comunismo. A adiantada restauração na ex-União Soviética e na China, portanto, resultou da irresistível globalização. Essa falsa conclusão pretende obscurecer o papel da contra-revolucionária tendência estalinista e da burocracia restauracionista.

É como se uma nova ordem mundial estivesse em adiantada fase de estruturação. Uma de suas características se encontra no multilateralismo e outra na relativização da soberania dos Estados nacionais. Em um mundo de interesses comuns e de conflitos multipolares as soluções e os equilíbrios devem ser equacionados e garantidos por um poder supranacional. A ONU conserva-se como órgão de negociação e de coerção. Bastaria apenas fazer-lhe alguma reforma, como a ampliação do seu Conselho de Segurança, instância coercitiva. Governos de países semicoloniais, cujas economias ganharam projeção internacional nas últimas décadas, consideram que a ONU do pós-guerra precisa de adaptações aos novos tempos – globalização, restauração, fim da guerra fria, unificação alemã, recomposição dos derrotados, unidade européia e importância dos denominados emergentes.

A crise econômica que tomou conta do capitalismo mundial a partir dos Estados Unidos, em meados de 2008, impulsionou a centralização das forças burguesas no G-20. As sete potências (G-7) comandaram uma ação coordenada com a participação dos “emergentes”. Ao contrário da propaganda de que as potências reconheciam a influência de países como China, Índia, Brasil, África do Sul, indicou que o capitalismo em desintegração necessita de férrea concentração em torno das diretrizes do grande capital. Quanto mais forem anuladas as fronteiras nacionais, mais a burguesia imperialista tem condições de manejar a crise servindo-se da intervenção.

A maior interdependência entre as economias nacionais al-

cançada no pós-guerra com a expansão do capital financeiro e com mercado mundial deu às potências maiores poderes de controle dos países de economia atrasada e de intervenção. Ao mesmo tempo, acirraram-se as contradições entre imperialismo e semicolônias, bem como as que impulsionam a concorrência e as disputas interimperialistas.

As tendências da crise estrutural do capitalismo, que se manifestam em superprodução, quebras, rebaixamento salarial e desemprego, alcançaram novos patamares e empurram o imperialismo as potências a intensificarem a opressão nacional. Sob a aparência da globalização, movimentam-se as velhas leis de funcionamento do capitalismo e a sua rede de contradições. Como na 1ª e na 2ª Guerras Mundiais, também, agora, se manifestam as condições de existência do capitalismo na sua forma imperialista. Lênin destaca cinco características fundamentais: “1) Concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.” A chamada globalização nada mais expressa que a exacerbação dessas condições.

A intervenção nos anos 60 no Vietnã pelos Estados Unidos para sufocar a revolução vinda do Norte para o Sul do País indicou um novo marco depois da Guerra da Coreia, nos anos 50. A autodeterminação das nações e a soberania dos Estados nacionais se chocam com a voracidade do capital financeiro e com os monopólios. As invasões mais recentes do Afeganistão e do Iraque retomaram as tendências bélicas do intervencionismo. A decisão dos Estados Unidos desconhecem o Conselho de Segurança da ONU e partem para a guerra de invasão do Iraque foi sintomática. Demonstrou uma hegemonia que não deve ser contestada. No entanto, na atualidade, decidiu-se pela intervenção na Líbia para derrubar o governo de Kadafi, seguindo os preceitos da ONU.

A resistência no Afeganistão e no Iraque revelou o conteúdo imperialista da invasão. A luta nesses dois países está sob a bandeira da autodeterminação. O mesmo deve se passar na Líbia, assim que clarear a confusão entre o levante revolucionário de Benghazi e a ingerência das potências. Para o marxismo, não há possibilidade de compatibilizar a guerra civil contra a ditadura com a intervenção das potências. A defesa da autodeterminação define o destino da sublevação.

O imperialismo foi tomado de surpresa pela onda de levantes populares que se iniciou em fins de fevereiro na Tunísia. As ditaduras e monarquias enfrentam sublevações pela sua derrocada. Todos esses regimes do Norte da África ao Oriente Médio são títeres dos Estados Unidos. As mobilizações e centenas de mortes se chocam com Estados submissos ao imperialismo. Nesse sentido, os levantes trazem em suas entranhas a rebelião das nações e povos oprimidos contra a burguesia mundial

opressora. Mesmo que as revoluções não concluam devido à ausência da direção marxista-leninista-trotskista e que sejam desativadas, como se passa no Egito, permanecem plantadas as suas sementes e a experiência acumulada servirá para os próximos embates que poderão se dar claramente sob a bandeira da autodeterminação.

A derrubada do governo na Costa do Marfim pela armas da ONU e da França, no início de abril, e entrega do poder a seu opositor, é uma bárbara violação do direito à autodeterminação. O Conselho de Segurança se mostra como um aparato de intervenção do imperialismo. No Haiti, as suas forças de ocupação cumprem o mesmo papel de opressão. Os conflitos políticos, as guerras e mortandades em um país semicolonial são de responsabilidade de seu próprio povo. Não serão os carneiros do mundo que levarão as soluções e a paz. A essas

## **Greves em 2011 abrem novo ciclo da luta operária no país**

O mês de março e abril pode ser marcado na história como o mês de retomada das lutas no setor da construção civil. Nunca, nos últimos vinte anos, tantos operários cruzaram os braços em greves para exigir melhores condições de trabalho e melhores salários.

Horrorizada, a imprensa burguesa busca noticiar os últimos acontecimentos como, de um lado, irresponsabilidade dos trabalhadores, os quais não “compreendem” a importância das obras paralisadas (como Santo Antônio, Jirau e São Domingos – obras do PAC), e, de outro, culpam os consórcios de tocarem as obras “à moda antiga” (ou seja, deixando os operários trabalharem em condições sub-humanas, morrendo de doenças, fome e sede).

O governo Dilma que, nas questões internacionais, tem se mostrado mais à direita que o governo Lula, apresenta também sua face reacionária diante das paralisações e das greves: a convocação de 600 homens da Força Nacional de Segurança para acabar com os protestos em Rondônia deixa claro o papel do governo: auxiliar das grandes construtoras na exploração do trabalho.

O DIEESE fez um levantamento acerca das greves e apontou que, pelo menos, 170 mil operários iniciaram paralisações no mês de março.

Apenas no Nordeste, mais de 120 mil trabalhadores lutaram durante o mês contra vários consórcios de empreiteiras (formados por grandes empresas transnacionais, como a Odebrecht, a Queiroz Galvão e a Camargo Corrêa). No Norte, cerca de 40 mil também cruzaram os braços, com destaque para os métodos de luta radicalizados nas obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. No Centro-Oeste, cerca de 3000, na obra da Hidrelétrica de São Domingos. Nos dados do instituto, faltou contabilizar as paralisações e greves de operários da construção civil no Sudeste e Sul do país, que ocorreram nos estados de São Paulo e de Santa Catarina, envolvendo também milhares de trabalhadores.

### **“Crescimento” sob a base de brutal exploração**

Boa parte das obras paralisadas envolve o Programa de Aceleração do Crescimento criado por Lula. Como sabemos, o objetivo, desde o início do PAC, foi possibilitar repassar fatia do crescimento visto entre 2003 e 2008 para a mão de grandes grupos capitalistas. A construção das hidrelétricas não tem outra meta.

aves rapinas somente interessa controlar e saquear as riquezas naturais e sacrificar a vida das massas.

O Programa de Transição da IV Internacional coloca como uma das tarefas imprescindíveis nos países semicoloniais a luta pela independência nacional. O proletariado mundial está diante do dever de apoiar os levantes das massas contra as ditaduras e monarquias ainda que se limitem a esse objetivo. O confronto com a burguesia nativa e com o imperialismo é um processo, que se inicia pelo ódio à opressão das ditaduras. Empunhando a bandeira da autodeterminação, o movimento revolucionário estará marchando em direção da revolução proletária. Nossa tarefa: derrotar o imperialismo e seus aliados internos. Nossas bandeiras: pela independência nacional dos povos oprimidos e autodeterminação, pela expropriação revolucionária do grande capital.

Enquanto os burgueses do setor ganharam contratos bilionários para destruir a natureza, os trabalhadores tiveram em troca condições de trabalho e salários miseráveis.

A ironia do governo e da imprensa em julgar essas condições miseráveis como “à moda antiga”, apenas evidencia como se organiza o modo de produção capitalista. Seja em período de recessão, seja em período de crescimento, a força de trabalho é sempre oprimida pelas relações de trabalho. O objetivo dos consórcios não é fazer “desenvolver” o país e “dar emprego” à populações das regiões mais pobres, mas apenas extrair o máximo de lucro das riquezas produzidas pela classe operária.

Como a sanha dos capitalistas é grande nesses tempos de lucro decrescente, o modo de “contratação” dos operários nem sequer “respeita” as regras estabelecidas pela legislação trabalhista. Dessa maneira, vemos que, nas grandes obras do PAC, os trabalhadores reivindicam condições mínimas de sobrevivência como: melhores condições nos alojamentos, equipamentos de segurança e adicional de periculosidade sobre o salário. Além disso, parte dos operários, em cada uma das obras, exige que se receba o valor correspondente às viagens que fazem para suas cidades natais, quando nas folgas. Isso porque boa parte da mão-de-obra não é das regiões onde elas ocorrem.

Em todas as greves, a exigência de aumento salarial e de benefícios como plano de assistência médica e aumento do vale alimentação aparecem como forma de diminuir a exploração do trabalho e permitir que os operários e suas famílias consigam sobreviver.

### **Os métodos de luta**

Instintivamente, os operários de Jirau, abandonados à própria sorte, têm realizado os atos mais combatidos de todas as greves deste ano. A destruição de um canteiro de obras, do restaurante, de caixas eletrônicos e do próprio alojamento denuncia a revolta contra a brutal exploração do trabalho. Pressionados pelos supervisores, os operários de Jirau trabalhavam em condições terríveis e viviam sob a ameaça do desemprego. Até a violência física foi denunciada como prática no canteiro de obras, o que mostra o quão bárbara torna-se a exploração capitalista do trabalho. Aliás, na construção da hidrelétrica de São Domingos, denuncia-se, inclusive, práticas de

tortura contra os trabalhadores. Frente à violência patronal e policial, os operários têm reagido com as armas que possuem: paus, pedras, fogo e bloqueio de rodovias.

Novamente, a imprensa comparece como braço ideológico do Estado e dos capitalistas ao responsabilizar apenas a classe operária pela “violência desmedida”. Afirmamos que a “violência operária” é a violência dos oprimidos que se autodefendem diante da violência que representa a exploração do trabalho e que representa a violência policial (do Estado burguês). Defendemos a violência revolucionária dos oprimidos contra a violência reacionária dos opressores.

Os bloqueios de estradas, as manifestações, as assembleias, os protestos e a destruição dos canteiros de obras são meios de luta contra a exploração do trabalho, os quais conformam os métodos da ação direta. Esses métodos são parte do programa de destruição do modo de produção capitalista e sua legitimidade nasce da história da luta de classes e não das leis capitalistas que regulam a exploração do trabalho.

## Centrais e sindicatos pelegos

O que mais evidencia a força de várias dessas greves é que elas nascem em oposição à política colaboracionista das Centrais (CUT e Força Sindical) e dos sindicatos da construção civil. As greves em Rondônia (envolvendo Jirau e Santo Antônio) e em Pernambuco (envolvendo as petroquímicas e as refinarias) não contaram com a organização dos sindicatos do setor. Foram movimentos que obrigaram os pelegos a atuarem tardiamente para “intermediar” o choque entre os patrões e os trabalhadores. A radicalidade desses movimentos grevistas, que não esperaram “calendários de negociação”, mas que foram à frente impondo suas reivindicações, condiz com a história do movimento operário, com seu papel central nas transformações sociais.

Os patrões e o governo, para acabar com as paralisações, recorreram à Justiça por considerarem as greves “ilegais” (como em Pernambuco). As Centrais fizeram a mesma coisa, recorreram ao

Ministério de Trabalho, para “denunciar” as péssimas condições de trabalho. Ou seja, patrões e sindicalistas convergem no método de ação, embora com objetivos “aparentemente diferentes”.

Os burocratas comparecem como estranhos a essas lutas operárias. Comparecem como forças auxiliares do Estado e dos capitalistas para conter os métodos radicalizados das greves. O papel traidor se destaca nesses movimentos concretos. Novos e maiores choques devem se projetar nos próximos meses e anos entre a classe operária e os sindicalistas vendidos. Uma vanguarda operária deve surgir desse confronto.

## Retomar as lutas, construir a direção revolucionária

As greves operárias são o instrumento essencial para a contestação da exploração capitalista. Como parte dos métodos da ação direta, elas permitem se chocar contra os governos e os patrões e ressaltar ao conjunto da população como as riquezas sociais nascem por meio do trabalho operário. Permitem, igualmente, construir as direções proletárias que devem conduzir a luta contra todo tipo de exploração capitalista.

A possibilidade de as greves chegarem a todo esse potencial depende das direções de cada movimento. Vemos que, de um lado, existe a decomposta burocracia cutista e forcista e, de outro, a ausência de direções revolucionárias. O espontaneísmo da classe operária, na atual situação, é progressista, pois permite romper com as travas do sindicalismo burocratizado, contudo, esse espontaneísmo tem seus limites. Falta o programa revolucionário no seio dos operários grevistas.

Ao convergir os métodos proletários com o programa revolucionário de destruição do capitalismo, constitui-se a direção revolucionária do proletariado. A tarefa dos grevistas e do Partido Operário Revolucionário (que se desenvolve embrionariamente) é de permitir que tal convergência histórica ocorra. A sorte da classe operária e dos demais oprimidos, em cada movimento particular, depende da realização dessa tarefa em nível nacional e internacional.

# Greve na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba

## A UTGCA

Desde 2007, formou-se um consórcio entre multinacionais para tocar as obras de uma unidade de gás da Petrobrás, na cidade de Caraguatatuba, no Litoral Norte. O consórcio formado pela Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e IESA, objetivava, de um lado, fornecer um bilionário contrato para essas empresas de engenharia e, de outro, desonerar a folha de pagamento da Petrobrás, flexibilizando a forma de contrato, feito pelo Consórcio a partir de mão-de-obra terceirizada.

As obras iniciaram em 2008, com previsão de término para o fim de 2010. Cerca de 4000 operários da construção civil foram mobilizados diariamente em turnos ininterruptos para darem conta do projeto. Como mão-de-obra rotativa, a maior desses operários não era sindicalizada (cerca de 44% dos trabalhadores eram da própria cidade de Caraguatatuba).

O SindiPetro-LP, que atua no Litoral Sul e Norte do Estado de SP, realizou as últimas campanhas salariais (2010 e 2009) basicamente com a participação de Santos e São Sebastião (onde ficam respectivamente a sede e a subsede da entidade e se encontram a maior parte dos trabalhadores concursados da Petrobrás). A UTGCA pouco participou desses movimen-

tos. No site do sindicato, constam, inclusive, denúncias de como a gerência do local (que fica incrustado na “Fazenda Serramar”) agiu para impedir a organização dos operários da unidade.

Consequência desse isolamento, durante esses três anos, o número de operários contratados, só decresceu. Dos mais de 4000, o número foi paulatinamente diminuindo. A meta do consórcio era ficar com cerca de 300 operários, entre concursados e terceirizados, responsáveis pela manutenção da unidade, depois de terminada a obra de construção. Como as obras atrasaram e se pretende aumentar a capacidade de gás recebido, ainda devem restar cerca de 150 petroleiros e 1500 terceirizados na UTGCA, conforme informe dos próprios trabalhadores.

## A greve

A greve, que estoura no dia 16 de março, ocorre fundamentalmente para exigir 30% a mais de salário sobre a periculosidade da função e para denunciar as péssimas condições de trabalho, que põem em risco a vida dos operários. As denúncias, aliás, incluem falta de equipamentos básicos de segurança, como capas de chuva e macacões.

Decidida a greve na UTGCA, ela se espalha pelas plataformas de Merluza e Mexilhão (Santos). Outras reivindicações são incorporadas, como a regulação do pagamento das horas extras e melhorias em benefícios, como o plano de saúde.

A truculência da Petrobrás logo pôde ser vista pelo comunicado que soltou à imprensa em 21 de março. Nele, afirma que o sindicato não apresentou as reivindicações com antecedência e afirma que as reivindicações das plataformas são diferentes dos operários terceirizados de Caraguatatuba. Para a empresa, por serem terceirizados, ela não tem nenhuma responsabilidade sobre as condições de trabalho da UTGCA. Ao mesmo tempo em que tentava desmoralizar o movimento e desresponsabilizar quanto ao atendimento das reivindicações, a Petrobrás conseguiu uma liminar, no dia 22, para impedir que o sindicato fizesse piquete em frente da entrada da unidade.

Nas plataformas, a greve logo se enfraqueceu e, em 06 de abril, o sindicato anunciou que os trabalhadores embarcados continuariam de forma “solidária” apoiando o movimento da UTGCA. O sindicato não teve força de construir a unidade entre todos os trabalhadores, terceirizados ou não, que trabalham para a empresa no Litoral paulista. A truculência da Petrobrás apenas facilitou a divisão.

A greve na UTGCA, no entanto, mantém-se firme, mesmo com toda sorte de intimidação aos trabalhadores. Cartas, tele-

fonemas e ameaças de demissão têm atuado para desmobilizar e pressionar para o encerramento da greve. Um dos fatos mais recentes é que o SindiPetro-LP foi impedido de entrar na unidade no dia 12 de abril.

## Perspectiva do movimento

Os grevistas contam, depois de mais de 20 dias de movimento, apenas com sua disposição de arrancarem as reivindicações defendidas. A questão central é que, sem a unidade com o conjunto dos petroleiros da região, sem contar com manifestações, bloqueios das rodovias e avenidas da cidade, e com assembleias esporádicas, a greve se encontra em um impasse: como pressionar a Petrobrás e as empresas consorciadas a atender as reivindicações sem avançar na radicalização do movimento?

Os operários, pressionados individualmente, mais cedo ou mais tarde cederam aos patrões e voltarão ao trabalho. Os dias parados, com os descontos, pesarão mais do que a necessidade de derrotar os patrões.

Conquistar a unidade entre todos da região, avançar nos atos coletivos e massivos e utilizar a ação direta são os meios para alcançar a vitória do movimento grevista e também para fortalecer a organização dos operários que hoje se encontram precarizados pelo trabalho.

## Bahia

# Balanço das lutas dos quatro primeiros meses de 2011 na Bahia



Os governos petistas, anteriormente com Lula no comando do Estado e Jaques Wagner na Bahia, cumpriram fielmente os ditames da burguesia nacional e do grande capital internacional. Não só respeitaram a propriedade privada e os contratos assumidos por governos anteriores, como deram impulso às relações comerciais com outros países. Além disso, drenaram recursos do Estado para salvar capitalistas durante a crise internacional, incentivaram o consumo das massas e da classe média, endividando-as ainda mais, estabeleceram subsídios e baixaram impostos para as empresas, pressionaram os trabalhadores, através das direções burocráticas de sindicatos e centrais a aceitarem acordos favoráveis aos capitalistas. Enfim mantiveram um controle estrito do movimento operário e social. Agiram, portanto, como autênticos representantes da classe burguesa.

O ano de 2011 iniciou com a continuidade dos governos petistas no plano federal (eleição de Dilma Rousseff) e estadual (reeleição de Jaques Wagner), agora nas condições de aprofundamento da crise mundial do capitalismo e de profundos ataques aos trabalhadores pelos patrões em todo o mundo. Diferentemente do crescimento econômico internacional, que favoreceu o governo Lula, Dilma terá de

impor restrições ainda maiores ao orçamento para os serviços sociais (saúde, educação, moradia etc.), dar andamento às reformas antipopulares (previdência e trabalhista) e atacar os direitos e remunerações dos servidores públicos. Outro não será o curso do governador Wagner.

Apesar do controle das direções burocráticas da CUT, Força Sindical e UNE, ocorreram nesses quatro primeiros meses na Bahia lutas importantes de operários, estudantes, professores e servidores, que acenaram com uma nova etapa na luta de classes, sob pressão do aprofundamento da crise mundial e os ataques de governos e patrões. Já no mês de janeiro, os estudantes iniciaram um conjunto de manifestações em todo o país e na Bahia contra o aumento das tarifas de transportes e pelo passe livre. Na Bahia, o movimento foi denominado de “Revolta do Buzu 2011”, em referência às grandes manifestações realizadas pelos estudantes em 2003. Fizeram manifestações e passeatas em pontos estratégicos de Salvador, além de atos nos terminais de ônibus. Apesar da rebeldia estudantil e do potencial de luta mostrados, o movimento esteve sob controle do reformismo do PT, PCdoB e outras organizações, refletindo em certos momentos

a disputa eleitoral para a prefeitura, que se avizinha. Mesmo assim, os estudantes mostraram o caminho a ser seguido para obter vitórias importantes: a ação direta.

No começo de fevereiro, foi a vez dos professores municipais de Salvador e de alguns municípios do interior, como, por exemplo, Ilhéus. A atual direção do sindicato dos professores (APLB), do PCdoB, que se mantém inerte frente aos ataques do governo Wagner à educação e ao conjunto dos professores da rede estadual, pressionada pela base de professores do município, teve de levar a frente uma paralisação por uma semana, mas tomando o cuidado de impor uma pauta de reivindicações, rebaixada, centrada na questão da violência e falta de segurança nas escolas. Hoje, há 5.400 professores na rede municipal de Salvador que atendem a 108 mil alunos da educação infantil ao ensino fundamental. Portanto, além da situação decadente das escolas e salas de aula, persistem as péssimas condições de trabalho, baixa remuneração e déficit do quadro de professores. Tão logo a Secretaria de Educação (Secult) prometeu medidas paliativas, a direção recuou.

No mês de fevereiro e março, as lutas foram protagonizadas pelos operários da construção civil. A greve estourou em 10 de fevereiro e permaneceu até março, quando foi encerrada, com um acordo com os patrões. Os trabalhadores reivindicavam inicialmente 18,7%, mas em assembleia posterior o índice foi baixado para 15% de reajuste. Apesar dos altos lucros dos capitalistas da construção civil com as obras do PAC e empreendimentos imobiliários, os patrões ofereceram um percentual muito abaixo das necessidades da categoria. Os salários dos operários são miseráveis, correspondem a pouco mais de ¼ do salário mínimo calculado pelo Dieese. O setor registra historicamente o maior número de acidentes de trabalho. A decisão do TRT concedeu um reajuste de 9,47% aos salários e 10,3% ao valor da cesta básica. Com os reajustes, as remunerações na construção civil ficaram entre R\$ 580,35 e 644,96 reais, um acinte contra os operários e suas famílias.

Ainda no começo de março, os petroleiros entraram em greve em várias partes do país. Na Bahia, o movimento foi desencadeado em 28/02 e prosseguiu até 04/03. As condições de salários e trabalho dos operários, em particular dos terceirizados pela Petrobras, são insustentáveis. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia organizaram a greve com o objetivo de pressionar a direção da Petrobras a mudar os critérios de contratação de terceirizados. A federação e o sindicato estão sob controle de direções reformistas, que manejam as organizações em apoio aos governos de Dilma e Wagner. Entretanto, a categoria de Químicos e Petroleiros mostraram sua grande força social como parte do proletariado brasileiro.

Em abril, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) desencadeou o chamado Abril Vermelho com cerca de 30 ocupações de fazendas na Bahia nos primeiros quatro dias de abril. Tradicionalmente, o MST realiza em abril ocupações para exigir medidas em favor da reforma agrária, isto é, desapropriação de terras pelo Estado e governos, assentamento das famílias e condições para o desenvolvimento da agricultura familiar nas ocupações. Há, segundo o movimento, cerca de 25 mil famílias na Bahia a serem assentadas. Três das ocupações se deram em propriedades da Veracel Celulose. No dia 05 de abril, os camponeses, dirigidos pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT) ocuparam a sede do Incra em Salvador visando a liberação de recursos e infraestrutura nos assentamentos. De toda forma, a concepção de reforma agrária das direções tem como núcleo

central a utilização de terras do Estado ou a desapropriação de terras particulares, ocupadas ou não, para a realização dos assentamentos. As ocupações objetivam pressionar o governo Dilma e Wagner para atender às reivindicações dos movimentos pela terra. Apesar da combatividade do campesinato e da utilização do método da ação direta com as ocupações, bloqueios e manifestações, a concepção e a prática de reforma agrária das direções mostraram-se impotentes diante da tarefa da luta pela terra. Durante o governo Lula, não só não avançou as ocupações e assentamentos, como ocorreu uma maior concentração de terras pelos latifundiários e pelo agronegócio, inclusive a compra de terras por capitais estrangeiros. Por outro lado, a política das direções burocráticas das centrais sindicais mantém os operários distantes da luta camponesa pela terra. Enquanto aos camponeses são prometidas migalhas, o agronegócio avança na Bahia com a firme proteção de Lula, Dilma e Wagner.

Desde o dia 11 abril, os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UESF) e da Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia, entraram em greve por tempo indeterminado. Entre as reivindicações estão a revogação do Decreto 12. 583, do governo Wagner, que estabelece cortes no orçamento das universidades baianas, como parte de cortes em torno de R\$ 1,1 bilhão do orçamento do Estado este ano. Os professores da Uneb, maior universidade baiana, se reuniram no dia 13 de abril em Salvador e tiraram um indicativo de greve e uma paralisação para o dia 26 de abril. A insatisfação no seio da categoria de professores e servidores é muito grande por conta da medidas tomadas pelo governo petista de Wagner contra a educação e as universidades.

De modo geral, uma análise das lutas nos primeiros quatro meses mostra a ausência de um programa e direção revolucionária a frente das manifestações, greves, paralisações e das organizações e movimentos. A construção do Partido Operário Revolucionário (POR) e a superação da crise de direção é parte fundamental da luta pela centralização política e organizativa dos explorados, que, mesmo mostrando combatividade, encontram-se fragmentados em suas lutas. As direções reformistas fazem de tudo por manter a atual divisão das lutas e por controlar ferreamente a ação dos trabalhadores, estudantes e demais oprimidos, direcionando-a para sua política de reformas limitadas e de reivindicações rebaixadas. Com isto, alimentam as ilusões de que o governo Dilma e Wagner atenderão às reivindicações das massas.

Certamente, o 1º de Maio de 2011 será expressão da política da burocracia sindical, de atrelamento aos governos petistas e de conciliação com os patrões. Na Bahia, como no resto país, as direções das principais centrais (CUT, Força Sindical, CTB etc.) do PT, PCdoB e PDT farão atos festivos e despolitizados. Os explorados comparecerão divididos em cada esquina e sob controle férreo dos burocratas. A CSP-Conlutas, por outro lado, dirigida pelo PSTU, mostra-se impotente diante da tarefa de combater o processo de estatização das organizações sindicais, ao fortalecer a fragmentação dos trabalhadores e defender um programa de reivindicações rebaixadas frente às reais necessidades dos trabalhadores e juventude. A experiência com o governo Dilma certamente nada ensinou às direções reformistas, que continuam atadas aos governos petistas. Aos revolucionários, entretanto, essa experiência consolidou a tese da inoperância do reformismo a frente do Estado burguês e o caráter contrarrevolucionário do estalinismo, que avançam no divisionismo e na burocratização e estatização dos sindicatos e centrais. Mostrou também a crise de direção e a necessidade de superá-la.

**Rondônia**

# Intensa exploração dos operários nos canteiros de obras da Jirau

A Camargo Correa e Suez firmaram o contrato para conclusão das obras. Com isso, ampliou a exploração sobre os operários. Os rapinas capitalistas, quanto mais rápido concluírem as obras, obterão mais lucros. Assim, ganharão 190 milhões por cada mês antecipado da obra. Lucro para os patrões, suor e miséria para os operários.

## Operários da Usina Santo Antonio e Jirau retornam aos postos de trabalho

18 de março foi o último dia do levante dos operários e início da intervenção do governo Dilma/PT e Confúcio/PMDB. A campanha patronal ganhou as manchetes dos jornais e TV, atribuindo ao movimento dos operários o rótulo de “baderneiros e bandidos”. Para acalmar a fúria dos operários contra a violenta exploração e repressão, os capitalistas prometeram atender às reivindicações e não demitir.

O retorno dos operários da usina de Jirau foi posterior à volta dos operários da usina de Santo Antonio, que receberam férias coletivas como prevenção para não seguirem o exemplo do levante dos operários de Jirau. O retorno foi marcado pela vigilância não apenas dos supervisores de obra, mas também pela força de segurança nacional, braço armado do Estado.

## Responder com luta às demissões

Como saída ao conflito, o governo Dilma armou uma reunião com as Centrais Sindicais e empresários das usinas. Prometeu criar mecanismos de “diálogo” para evitar novos conflitos.

Nova reunião ocorreu no dia 14 de abril. Participaram as Centrais Sindicais, incluindo a Conlutas/PSTU. Na reunião, o Ministro Gilberto Carvalho fez proleísmo dizendo que

## Paranamirim, RN

# Boletim da Corrente Proletária na Saúde

*Publicamos abaixo as bandeiras levantadas pela Corrente Proletária para a campanha salarial dos trabalhadores da saúde e um balanço do ato público contra o fechamento do pronto-socorro pediátrico*

- Piso salarial de R\$ 3.824,00.
- Fim das terceirizações, emprego e estabilidade a todos.
- Contra a privatização do SUS, em defesa de um único sistema de saúde público e estatal sob controle dos Trabalhadores.
- Expropriação da rede privada e conveniada sem indenização.
- Garantia de conquistas trabalhistas - Pagamento imediato do 1/3 de férias e das indenizações.

## Fechamento do Pronto Socorro pediátrico: Rosalba aprofunda barbárie

Ato Público dia 29/03 organizado pelo SINDSAUDE e o SIDMED contra o fechamento do pronto socorro pediátrico (PSI) do hospital Deoclécio Marques Lucena em Parnamirim teve uma boa participação dos funcionários que estavam de plantão, da população que estava aguardando atendimento, do **Partido Operário Revolucionário - POR** e uma turma de

assumiria o compromisso de desmilitarizar as usinas e que a Força Nacional de Segurança seria substituída pela segurança privada dos empresários das obras. Sem seguida, confirmou as demissões, alegando que a Camargo Corrêa contratou muitos operários para acelerar a obra e que, agora, não há essa pressa. E conclui com o chamado à colaboração das Centrais e do sindicato para que as demissões sejam resultado de negociação. A Conlutas emitiu uma nota afirmando que não aceitará as demissões, mas não diz o que fará.

Nem bem terminou a reunião, o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) anunciou a demissão de cerca de 6 mil operários.

O combate às demissões dependerá da força do movimento e do apoio dos trabalhadores em geral. As direções sindicais, certamente, pouco farão para conter a violenta demissão. Não se pode confundir as atitudes dos burocratas sindicais com o sindicato. São nos momentos de grandes conflitos de classes que os operários distinguem suas direções e assimilam a política revolucionária. O sindicato da construção civil (STCCERO) é dirigido pela política do PT, portanto, do governo Dilma em aliança com o PMDB de Confúcio Moura. Está aí por que a burocracia está de mãos atadas diante das demissões e das reivindicações dos operários.

O anúncio das demissões deve servir de ponto de partida para o reinício do movimento. Daí a importância da constituição dos comitês de luta, para que saiam às ruas defendendo o emprego e o atendimento das reivindicações dos operários.

Diante da insistência dos capitalistas, com apoio do governo, de manter o regime de escravidão do trabalho e diante das medidas de demissão, é necessário defender o controle operário da produção. É momento de organizar a resistência ao novo ataque patronal.

alunos de medicina da UNP que estavam em estágio no dia.

Foram levantados além do fechamento do PSI outros ataques do governo Rosalba. As condições de trabalho na saúde em todo o estado, o atraso do pagamento do 1/3 de férias, o pagamento das indenizações, a falta de abastecimento geral e a construção de um repouso com copa e auditório da UNP dentro da área do hospital.

O POR denunciou na intervenção e em nota esses diversos ataques do governo burguês, pro-capitalista de Rosalba. Chamou a atenção da necessidade de unificar e ampliar a lutar em outros hospitais e setores também atacados pelo governo.

## Sucateamento do hospital atinge trabalhadores e usuários

As especialidades principais do hospital eram atender os casos de urgência e emergência pelo SUS, nas áreas de clínica



médica, clínica cirúrgica e clínica pediátrica. Atualmente existem 800 funcionários sendo 700 servidores do estado e 100 funcionários de empresa terceirizada e contratados trabalhando em regime de plantão.

O hospital atende cerca de 30 cidades da região com seus serviços, sem falar que por falta de leitos chega a atender também outras regiões do estado. Ano passado foi fechado a clínica pediátrica que disponibilizava 12 leitos infantis e hoje a governadora Rosalba junto com a promotoria tenta fechar o pronto socorro infantil – PSI. A cidade de Parnamirim conta com uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, que foi inaugurada em 2009. Portanto a UPA não tem pediatra, tendo como único lugar para o atendimento das crianças o Hospital Deoclécio.

A intenção do governo é mudar o caráter original do hospital retirando a clínica médica, cirúrgica e o pronto socorro infantil transformando apenas em atendimento de trauma. Os convênios do estado com os hospitais privados, que prestavam

esse serviço pelo SUS estão parados por falta de pagamento. Rosalba e a promotoria querem retirar o direito ao acesso à saúde dos trabalhadores e usuários do serviço público.

O hospital em 2004 disponibilizava 95 leitos para a população de Parnamirim que era de 173 mil habitantes. Em 2010, a população do município chegou a 202.413 mil habitantes e temos hoje apenas 83 leitos disponíveis. Para agravar mais ainda a situação, os PSF's funcionam precariamente, a UPA está fechada e o hospital ainda tem que atender os pacientes advindos de todo o estado devido à falta de atendimento e estrutura em suas localidades.

O estado está passando por um surto de dengue. Já são 5.222 casos notificados só esse ano. Parnamirim é o 5º colocado em notificações. É necessário nos organizarmos em nossos locais de trabalho em defesa de um sistema de saúde público e gratuito para a população que se encontra na barbárie. É necessário ampliar a luta unificando com outros setores que sofrem com os ataques do governo Rosalba e Dilma.

## Repressão e criminalização evidenciam ditadura de classe da burguesia

O dia a dia dos movimentos sociais e organizações de esquerda estão marcados pelos assassinatos, prisões arbitrárias, processos judiciais e ameaças. Cada greve, ato de rua, ocupação ou marcha desemboca na repressão física por parte da polícia ou em processos judiciais. Vemos exemplos disto nos movimentos camponês, sindical, por moradia, pelo passe livre e nas universidades. Dados de setores da Igreja indicam que de 2000 a 2009, pelo menos 363 pessoas foram assassinadas em conflitos agrários. Fazendeiros do nordeste de Mato Grosso do Sul já mataram 200 índios desde 2005.

O Massacre de Eldorado de Carajás completou 15 anos. Foram 19 trabalhadores sem-terra assassinados, 69 mutilados e centenas de feridos em uma operação policial, na madrugada de 17 de abril de 1996, em um acampamento em um latifúndio no Pará. O processo dos 144 policiais acusados ainda está em andamento. Em 2002, apenas dois envolvidos: o Coronel Pantoja e o Major Oliveira foram condenados, a 228 e 154 anos de prisão, respectivamente. Entretanto, ambos respondem em liberdade, beneficiados pelo segundo habeas-corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), este ano.

A ocupação na Aracruz Celulose ainda rende processos a duas mil camponesas, no estado do Rio Grande do Sul. São inúmeros os relatos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de “grampos telefônicos, apreensão ilegal de documentos e infiltração policial visando a incriminar militantes”. Já existem pelo menos duas mil lideranças fichadas pela polícia.

A prisão de 13 manifestantes no ato contra o Obama no Rio de Janeiro também desnuda a ditadura de classe da burguesia. A prisão ilegal, sem flagrante, por uma armação da PM, confirma que a liberdade de organização, manifestação e expressão só existe para a burguesia.

### Aeronáutica e as “investigações” pós ditadura

Foram entregues ao Arquivo Nacional documentos da Aeronáutica que mostram que as Forças Armadas monitoraram políticos, partidos e organizações de esquerda mesmo após o fim da ditadura militar. Durante os governos José Sar-

ney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), 1.324 documentos foram produzidos pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Mais 15 mil documentos permanecerão secretos por serem invasivos à vida privada dos investigados. Passaram pela mira da aeronáutica integrantes do PT, PPS e PCB, ONGs de apoio a Cuba, sindicatos, MST, Comissão Pastoral da Terra, esquerdas do Chile e Bolívia e até o então ministro Fernando Henrique Cardoso.

Isto reforça que o aparato de espionagem montado durante a ditadura militar não foi desmantelado e continua ativo, pois é parte da ditadura de classe da burguesia. Os avanços tecnológicos nesta área têm permitido que as formas de controle e monitoramento se aprimoram a cada dia. A espionagem é uma política deliberada para reprimir e acumular informações para reprimir futuramente, com intimidação, chantagens, etc.

É preciso denunciar cada ataque da burguesia à organização dos oprimidos e exigir o direito democrático à organização, manifestação e livre expressão. O fundamental, porém, é mostrar que isso é parte do capitalismo, a democracia sob o domínio da burguesia nunca será plena. O Estado burguês existe para manter a opressão, por isso persegue os que lutam e protege os latifundiários que matam os sem-terra, por exemplo.

Por isso é necessário que os oprimidos do campo e da cidade organizem sua auto-defesa. Não podemos reforçar as ilusões de democratização do Estado, ou de seu braço, que é o Judiciário, o primeiro a passar por cima da própria constituição burguesa para defender os exploradores. Daí decorre a necessidade de levantarmos os **Tribunais Populares** para julgar os crimes da burguesia.

Os revolucionários precisam também, desde já, saber combinar o trabalho legal e ilegal. Aproveitar ao máximo as possibilidades de organização, mas manter parte de seu trabalho na clandestinidade. O Estado burguês utiliza cada vez mais intensamente seus instrumentos contra os que se levantam contra a opressão. Não podemos nos intimidar, devemos levar até o fim a luta pela destruição da ditadura burguesa! Pela Revolução e ditaduras proletárias

# 15 anos do massacre em Eldorado dos Carajás

*Há 15 anos, os sem-terra sofreram com o massacre desfechado pela polícia do governo do estado do Pará. Na ocasião, o ataque levou a inúmeras manifestações nacionais e internacionais. O jornal Massas publicou o artigo abaixo, que reproduzimos em homenagem àqueles que morreram ao lutar por um pedaço de terra para sobreviver.*

## Manifestações em todo país rechaçam o massacre de Eldorado

Na Bahia, o presidente da República, em um comício, teve de enfrentar os gritos de protesto dos sem-terra, que o qualificaram de assassino. No Pará, onde ocorreu a chacina, inúmeras manifestações ocorreram, destacando-se a mobilização estudantil por responsabilizar o governador Almir Gabriel e enfrentar furiosamente a polícia. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o MST, engrossado por populares, organizou protestos, em que se bloquearam rodovias. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os atos públicos se transformaram em passeatas. Em inúmeras universidades, ocorreram atividades de denúncia contra o governo federal e estadual.

Entretanto, todas essas manifestações não se mostraram à altura do acontecimento sangrento e ao seu significado político-social. A classe operária permaneceu à margem da luta, embora a repulsa à repressão aos sem-terra fosse abrangente. Isso se deve ao bloqueio político-organizativo que as direções sindicais vêm impondo ao proletariado. Fato que se evidencia nos grandes centros urbanos.

A CUT e sindicatos não compareceram como instrumentos de organização dos protestos e de defesa da punição dos assassinos através da mobilização de massa. O PT, maior partido reformista, também não tomou a frente das manifestações. Permaneceu na sombra das mobilizações e se projetou apenas no parlamento com denúncias verbais. A Igreja, organizações estudantis e uma parcela da vanguarda militante estiveram à frente. Mas principalmente a Igreja esteve no centro no comando. Isso explica o conteúdo político pacifista predominante.

## Por que não haverá apuração e punição?

O ataque militar e a execução dos sem-terra é um crime de classe. O governo, a Igreja e os próprios opositores reformistas procuraram caracterizar a chacina como excesso e despreparo policial. Ou que a polícia militar do Pará está fora do controle do governador. Ou então que a polícia apenas revidou ao ataque dos sem-terra. Nada disso condiz com a realidade.

A polícia é o braço armado da burguesia em qualquer estado ou lugar. Há tempo é conhecido o fato dos latifundiários comprarem policiais e os colocarem diretamente sob seu comando. Se escapam ao controle do governo, é porque há conveniência para o Estado. O aparato repressivo do Estado só disfarçadamente comparece como neutro e acima das classes. Na verdade, a polícia e o exército são organismos particulares dos capitalistas, voltados a reprimir a revolta dos escravos, principalmente dos operários e camponeses pobres.

É claro que a burguesia, seu governo e os capachos reformistas procuram tirar o caráter de classe da parafernália policial e militar. Quando se matam operários e camponeses, não pode parecer que é a classe capitalista matando escravos do capital. Nem sempre o Estado pode socorrer este ou aquele capitalista matando. Eis por que se formam forças paramilitares ou então se compram diretamente

policiais, como no caso do Pará, que não é exceção.

Apurar o massacre significa chegar até o governo e deste à classe dirigente do país, ou seja, os capitalistas. Está aí por que não haverá verdadeiras punições.

## As manobras políticas

Em seguida à matança de Corumbiara, o governo FHC, os partidos, o parlamento, a Igreja etc., não poderiam se calar ou ficar encolhidos. Afinal de contas, todos eles professam a cartilha dos “direitos humanos”, ditada dos Estados Unidos. Assim, foram uníssomos em dizer que desta vez deve haver punição. O governo federal convocou todas as forças a solucionar o problema, em nome dos pobres do campo.

A Igreja e reformistas disseram ver com bons olhos o reconhecimento do governo, mas que falta-lhe vontade política para resolver a fonte dos males, que é a concentração fundiária. Em resposta, FHC se colocou por agilizar a votação do projeto de rito sumário para as desapropriações de terra e transferir a responsabilidade processual dos crimes da PM para a justiça civil. O segundo lance das manobras políticas foi criar um cargo ministerial para a dita reforma agrária, um Conselho da Terra e determinar novas diretrizes para a política de assentamentos, que inclui a chamada municipalização.

Em troca, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), D. Lucas, declarou que a posição da Igreja é contrária às ocupações de terra, porque gera violência. Assim, vemos que todo aparato estatal foi mobilizado para obscurecer o acirramento da luta de classes no campo e ocultar a face assassina da burguesia. Governo, Igreja e oposição reformista negociam mudanças no governo, de forma a amortizar o confronto dos camponeses pobres com os latifundiários e com o Estado. É claro que essas manobras também fazem parte da divisão interburguesa. Os representantes dos latifundiários começaram por derrubar no Congresso as pretensões do Executivo.

## Ofensiva do governo para enfraquecer o MST

A novidade da “nova reforma agrária” do governo neoliberal de FHC é a municipalização. Já ganhou apoio do velho caudilho nacionalista Miguel Arraes, que tem em seu estado um forte movimento agrário, historicamente marcado pelas Ligas Camponesas da década de 50. A ideia é dos municípios cadastrarem os sem-terra e, em comum acordo com o governo federal, proceder os assentamentos. Esta aí mais um elo das manobras políticas da burguesia para combater as ocupações do MST.

Certamente, o Estado procurará utilizar de toda sua máquina para encabrestar uma fração dos sem-terra, que se oporá ao MST. Ou integrar o próprio MST no projeto estatal de esvaziamento da luta de classes no campo, caracterizada pelas ocupações e confrontos com latifundiários. Ou ainda dividir o MST entre uma fração defensora das ocupações e outra do oficialismo estatal.

Não é por acaso que FHC criou o Conselho da Terra e a ala direitista da Igreja se pronunciou contra as ocupações, seguindo a ordem papal e os interesses dos latifundiários. O perigo está nas

ilusões reformistas dos dirigentes máximos do MST, que apregoam a distribuição de terra limitada ao latifúndio improdutivo, que concordam com o método burguês de ricas indenizações aos latifundiários e que sonham solucionar o problema dos sem-terra pela via dos assentamentos mantidos pelo próprio Estado burguês.

Esta posição política e histórica não está de acordo com o método de ocupação e expropriação revolucionário da terra. O que quer dizer que não está em contradição frontal com a linha burguesa de assentamentos, que apenas serve para atrasar a revolução agrária, produto da revolução proletária. É necessário que as bases do MST rechacem tal objetivo do governo.

## O que a experiência das chacinas nos ensina

Os reformistas e clericais, que têm os cordões de controle sobre o MST, enfocaram a chacina de Eldorado do ponto de vista dos “direitos humanos” e da “cidadania”. Ou seja, atribuíram um conteúdo puramente democrático-burguês para o crime de classe da burguesia contra os sem-terra.

Esta não é a autêntica lição que os acontecimentos nos trazem. A essência da chacina está em que o Estado e os capitalistas não têm outra via de enfrentar o crescente movimento de ocupação de terra senão através da guerra civil. Mesmo que localizada, a chacina é um embrião de tal guerra. O seu conteúdo é de guerra de classe, ou seja, da burguesia latifundiária contra os camponeses pobres.

Depois da repressão sanguinária vêm as pressões e ações políticas para desarmar o MST. Ocorre que a burguesia tem pouca margem de manobra frente à brutal crise social que abarca o campo e a cidade, proveniente da decomposição do sistema capitalista. Isto significa impossibilidade da classe dominante resolver o conflito no campo pela via de reformas. Ocorre que o problema camponês não se restringe aos milhões de sem-terra, abrange outros milhões de minifundiários, cuja existência continua ameaçada pelo processo de concentração latifundiária, que caracteriza a estrutura econômica do capitalismo semicolonial no Brasil. A via dos explorados só pode ser a do fortalecimento do movimento de massa, de sua unidade e da constituição dos organismos de autodefesa.

Tal unidade quer dizer incorporar na luta pela terra os milhões de minifundiários, na sua grande maioria localizada no Nordeste, e estabelecer vínculos com os trabalhadores da cidade, fundamentalmente o proletariado. É com essa estratégia e tática de classe que os oprimidos enfrentarão as novas tentativas de chacina e avançarão no objetivo de arrancar as terras das mãos dos latifundiários.

## A importância da defesa dos Tribunais Populares

Aqueles que, em nome dos direitos humanos, se apóiam no Estado e no governo para apurar os crimes de classe, não fazem senão proteger os verdadeiros responsáveis. Estes pacifistas se ajoelham diante da democracia burguesa, como se esta não fosse instrumento de dominação dos latifundiários sobre os camponeses e do conjunto da burguesia sobre os explorados.

As propostas de levar a investigação da chacina para a ONU, de exortar a justiça e a polícia federal a assumir o caso e reivindicar que o Congresso tome para si a tarefa de apuração são típicas dos reformistas, que vivem das manobras democrático-burguesas e que são servís à denominada ala progressista da burguesia. Neste quadro, se inclui o PT, seus congêneres da Frente Popular e a burocracia sindical.

Opostamente, a política proletária tem por princípio de-

envolver a desconfiança das massas no Estado burguês e a oposição revolucionária de classe. Frente a qualquer crime da burguesia, defende que as massas, dirigidas pelo proletariado, tomem em suas próprias mãos a investigação e a punição. Eis por que o Partido Operário Revolucionário levanta a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos pelas bases, sem nenhuma interferência do Estado, dos partidos patronais e de qualquer organismo burguês. Eis também por que dirigimos esta bandeira aos sindicatos, à CUT, ao movimento popular, ao MST e às organizações estudantis. Sem uma organizativa de independência de classe não é possível que as massas oprimidas se confrontem com êxito contra o Estado repressivo, ou seja, contra a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria nacional explorada.

## Avançar a luta sob a estratégia do governo operário e camponês

Os camponeses pobres somente terão acesso à terra e se livrarão do jugo latifundiário se se organizarem em torno da estratégia da conquista do governo operário e camponês. A reforma agrária não será uma bênção do Estado burguês. Será parte de uma transformação mais geral da estrutura econômica, política e social do país. Ao se atingir as relações agrárias de produção baseadas na propriedade capitalista latifundiária da terra, se atinge o domínio geral da burguesia. Está aí a razão porque a liquidação do monopólio latifundiário implica a liquidação do monopólio burguês sobre a indústria, finanças e comércio.

Os reformistas chegam com sua “reforma agrária” até as portas do denominado latifúndio produtivo, ou seja, reclamam de assentamentos apenas numa parcela do monopólio fundiário, denominado de improdutivo. Assim, encaram sua reforma agrária como distribuição de terras pela própria burguesia. Admitem a coexistência dos milhões de agricultores sufocados pelo grande capital com o Estado. O resultado final desta política acaba sendo o de submissão ideológica à burguesia, que quer dizer negação da tarefa democrática de destruir o poder latifundiário e entregar as terras aos camponeses.

O programa estratégico da luta pelo governo operário e camponês, que nada mais é do que a concretização da ditadura do proletariado, se contrapõe historicamente ao domínio burguês-latifundiário e é a condição para o Estado se colocar a serviço das transformações democráticas e socialistas.

Os reformistas que querem solucionar o problema camponês sem destruir o Estado burguês e o capitalismo têm por estratégia um governo democrático e popular, cujo conteúdo de classe é de aliança entre setores da burguesia, do proletariado e dos camponeses. Trata-se de um governo de conciliação de classe. Tal estratégia não só levará ao fracasso a luta pela reforma agrária como acabará fortalecendo a opressão de classe no campo e na cidade. Isto porque conduzirá à derrota os movimentos sociais.

A luta por um governo operário e camponês, saído da ação insurrecional das massas, é um instrumento para derrotar a burguesia por intermédio da revolução social, cujo conteúdo de classe é proletário. Somente a classe operária poderá destruir a opressão de classe, por isso é a classe revolucionária que possibilitará aos camponeses aliados destruir os latifúndios e pôr fim definitivo aos massacres. Sem a aliança operário e camponesa, soldada por um programa de emancipação dos explorados, a tarefa democrática de entrega de terras aos camponeses não poderá ser cumprida.

## **Tragédia na Escola Municipal Tasso da Silveira, Realengo, Rio de Janeiro**

# **Carta aos pais, aos trabalhadores e à juventude**

Nós, militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), recebemos com aguda tristeza a notícia do assassinato de 11 crianças e a morte do infeliz matador Wellington Menezes Oliveira.

Não há quem conserve um pinga de humanidade nesta sociedade tão desumanizada que não tenha prontamente se comovido, sentido ódio ao assassino e desejado trucidá-lo com as próprias mãos. Não temos dúvida de que a maioria dos brasileiros, que são trabalhadores e oprimidos, constitui a reserva que resta de humanidade. Por isso mesmo, se assombraram que tal violência praticada nos Estados Unidos pudesse se manifestar também no Brasil.

A pergunta coletiva foi – por quê? Quem é o monstro que entra em uma escola e despeja suas armas sobre crianças de 13, 14 e 15 anos? O que poderia levar um ser humano a tamanha ignomínia senão a loucura, a perversão e as drogas?

Certamente, não faltou o impropério da seita religiosa de que Wellington foi tomado pelo satanás. Não nos resta a menor dúvida de que o fuzilamento dos estudantes é obra de um brutal desequilíbrio mental que tomou conta do cérebro e dos nervos do atirador. Não foi nenhum ato terrorista, como chegou a aventar o governador do Rio de Janeiro. Tudo indica que o desequilibrado mental do bairro pobre do Realengo alimentou um ódio radical à sua própria vida e à existência dos demais.

Em sua carta, Wellington expôs seus “demônios” psíquicos. Os parentes e conhecidos os descreveram como tranquilo e um solitário, confinado nas profundezas da internet. Um filho adotivo, de família operária, pais falecidos, cuja mãe o levou na adolescência a frequentar a igreja Testemunha de Jeová. Um vizinho relatou ter ouvido que o rapaz estava envolvido com uma religião secreta. A irmã mencionou qualquer coisa de religião muçulmana. O que imediatamente levou a União Nacional das Entidades Islâmicas a desmentir a afirmação, tal é o medo de vincular o islamismo com o matador e este com o terrorismo. Mas é mais provável que Wellington tenha assimilado preceitos da religião Testemunha de Jeová do que do Islamismo. Mas as pregações sectárias contra a “fornicação”, contra o “adultério” e a favor da “pureza” e “castidade” – como comparecem na carta – não criam por si os doentes mentais, porém os alimentam em seus delírios psicóticos.

A tragédia que marcou a comemoração dos 40 anos da Escola Municipal Tasso da Silveira exige uma reflexão que não se limite a explicar o que é evidente ou a julgar o acontecido pela forma aparente do fenômeno. A loucura, as deformações de personalidade e decomposição do caráter que se manifestam no indivíduo, ao ponto de torná-lo um assassino coletivo e suicida, não se manifesta e nem se desenvolve no céu, no ar ou no éter.

O corpo doente se move na sociedade e dela a doença se nutre. Wellington estudou na Escola que ensanguentou na quinta-feira do dia 7/4, apresentou um bom currículo, foi incorporado à produção como operário ganhando o mísero salário mínimo, pediu demissão segundo a versão do patrão, estava desempregado, já não tinha a mãe adotiva, morava sozinho no Realengo em uma casa da família e não tinha laços

afetivos. Os que mais o conheciam notavam o seu estado de reclusão, mas o achavam normal e tranquilo. Pelo pouco que se informou, vemos que o rapaz desenvolveu a doença nessas condições sociais.

O “monstro” de apenas 23 anos não se fez da noite para o dia. A carta sectária e mística reflete não apenas o desvairo da mente doentia, mas os valores opressivos que permeiam a sociedade burguesa. É certo que não há uma correspondência mecânica entre os desequilíbrios das funções cerebrais e do complexo emocional com a ordem de preconceitos assimilados da religião. Mas não se pode ocultar que esses valores religiosos tornados sociais se convertem em parte da estrutura opressiva da sociedade de classe. Wellington os incorporou em sua doença psíquica e os nutriu como força destrutiva de si e de suas vítimas infantis. Poderia não ser a religião, mas teria de ser um valor repressivo e opressivo. Outros casos de matança coletiva assim o provam, como no do fuzilamento de alunos do grau médio da escola Columbine, no Colorado, Estados Unidos.

A matança no Realengo foi coberta pelo sentimentalismo espalhado pela imprensa e pelas autoridades. O sentimento autêntico de dor da população não combina com a hipocrisia burguesa. E uma maneira de torná-la prática é demonstrar e denunciar as raízes sociais da violência do indivíduo.

O capitalismo é uma fonte perene de exploração, desemprego, pobreza e miséria. É por essa senda que Wellington potencializou sua psicopatia. As condições sociais negativas foram inteiramente favoráveis à sua doença mental. O doutrinamento de seita reforçou os fatores de obscurantismo cultural e de opressão espiritual. Nada se contrapôs às relações de opressão que emanam da sociedade de classe, ou seja, da sociedade em que a minoria capitalista escraviza a maioria por meio da propriedade privada dos meios de produção e do Estado policial, das quais Wellington é um de seus produtos e pelas quais foi às últimas consequências, movido pela psicose.

A abundância de reclamações contra a violência não vai às causas primeiras. Uma sociedade em que persiste a exploração, aumenta a pobreza e aglomera a miséria nos centros urbanos, toda sorte de violência individual é possível. Felizmente, não é em todo o momento que um monstro salta à luz do dia para extravasar o ódio social. Mas o fenômeno pode aumentar. Não é por acaso que Wellington se tornou a besta criminosa do Rio de Janeiro e do bairro pobre do Realengo.

Poderia ser em qualquer centro urbano, sem dúvida. A particularidade do Rio está em que nessa megalópole a decomposição social ganhou a dianteira. Há uma guerra social nos morros cariocas envolvendo a polícia e o narcotráfico. Ambos refletem o capitalismo decadente, manifestando no seio e por cima das massas. A violência está disseminada nos bairros, nas escolas e nos lares. Sobre ela, levanta-se um ramo da indústria cultural (ou melhor, da barbárie).

As crianças que se encontravam na sala de estudo pagaram um tributo à sociedade de classe. Essa é a mais dura verdade. Os seus pais pagam triplamente: sofrem como explorados, perdem seus filhos e carregam a dor para sempre.

A melhor e única forma de compartilhar desse dilaceramento humano é lutar contra a exploração do trabalho, a miséria e toda sorte de opressão espiritual.

A presidenta Dilma Rousseff, inconformada, marejou os olhos d'água e decretou três dias de luto. Por mais alguns dias, ainda haverá lamento às tenras vidas inesperadamente ceifadas. Certamente, logo cairá no esquecimento.

Não faltaram vozes exortando que a solução está no desarmamento da população. E que as escolas devem ser militarizadas, com ostensiva presença da polícia. Estão aí algumas das explicações e sugestões que obscurecem o acontecido. Nenhum Estado tirará as armas do mercado, porque não fechará a indústria armamentista. Nenhum cerco policial evitará que a violência espalhada em toda parte adentre pelas portas e muros das escolas. O que não falta é o Estado policial, responsável por um assombroso número de mortes. Dias antes da matança em Realengo, policiais paulistas foram flagrados executando um homem em um cemitério. As execuções são antigas práti-

cas do braço armado do Estado.

A expansão da violência indica que não é caso de polícia. Trata-se de um problema que será resolvido no âmbito da política. A burguesia não tem como solucioná-lo, assim o agrava com o Estado policial. Para cercar a violência e, finalmente, erradicá-la é preciso transformar a base econômica da sociedade e iniciar o processo histórico de extinção das classes sociais. A classe operária tem essa tarefa. Depende de construir seu partido revolucionário. A propriedade privada dos meios de produção deve se converter em propriedade coletiva, de forma que a distribuição socializada da riqueza atenda as necessidades da sociedade e não mais do capital.

Eliminemos a exploração do trabalho eliminando as relações capitalistas de produção, assim, re-humanizaremos a sociedade. A violência do indivíduo começará a ser erradicada com a erradicação da violência da classe burguesa sobre a classe operária e a maioria oprimida.

Em defesa da vida, lutar pela revolução proletária!

## Professores-SP

# Declaração da Corrente Proletária na Educação de apoio à chapa da Oposição Unificada

A Apeoesp realizará as eleições estaduais e regionais no dia 9 de junho. Há mais de duas décadas, o PT dirige o sindicato com a política do reformismo conciliador. Nos últimos anos, com a vitória de Lula e Dilma, a Apeoesp se integrou ao Estado, por meio da participação no Conselho Nacional (órgão do Ministério da Educação).

A estatização fez do sindicato um instrumento de divulgação e imposição da política governamental, que se materializa no miserável Piso Nacional de R\$1.200,00, para uma jornada de 40 horas semanais; na existência das avaliações institucionais e de desempenho; na continuidade da reforma educacional, concretizada no Plano Nacional de Educação, que favorece o ensino privado e a distância e na permanência da educação memorística, anticientífica e descolada da realidade social.

Para alcançar os postos no Estado, a direção foi burocratizando a Apeoesp e eliminando a democracia sindical. Hoje, monopoliza o dinheiro dos filiados e o utiliza de acordo com seus interesses políticos-eleitorais, transformando o sindicato em empresa de prestação de serviços – convênios, colônias, casa do professor (hotel, etc). O sindicato como instrumento de luta de classes, princípio histórico dos trabalhadores, foi renegado. Os resultados têm sido penosos para o professorado, que, na maioria das vezes, permanece isolado e à mercê da campanha demagógica do governo e da burocracia em favor da escola pública.

Os governos aproveitaram a situação para ampliar o controle sobre o movimento sindical, anulando a resistência dos explorados aos planos anti-educacionais e anti-trabalhadores. Não por acaso, estão aí a reforma privatista da previdência, a reforma educacional dos organismos imperialistas, as leis que concretizam a mercantilização do ensino, a política de bônus ao invés de reajustes salariais, as demissões e as leis anti-greve.

A Apeoesp tem mais de 150 mil filiados. Mas tem em sua direção uma burocracia vendida, encoberta pelos palavreados ociosos de democracia, de cidadania, de escola inclusiva e libertadora. É contra essa política que uma parcela de professores se agrupa nos setores de oposição e se manifesta contrária à permanência da burocracia na condução da Apeoesp.

Nas eleições passadas, a chapa da Oposição Unificada compôs a direção. Porém, não foi capaz de desenvolver um trabalho junto às bases de denúncia da burocratização e da estatização. Não poucas vezes, o PSTU e o PSOL (correntes de oposição) se confundiram com a política da Articulação/PT, a exemplo, nas assembleias de greve. A fraqueza dos agrupamentos que compuseram a direção permitiu que a burocratização avançasse de forma gigantesca. E impossibilitou que a Oposição se potencializasse como instrumento de defesa do programa e das mobilizações. Neste momento, a Corrente Proletária/POR apoiou criticamente a Oposição Unificada, mas não fez parte da mesma. Fazer um balanço dessa trajetória é fundamental para que os erros sejam corrigidos e os princípios elementares do sindicalismo combativo sejam de fato defendidos.

A Convenção, realizada no dia 16 de abril, aprovou uma chapa unificada. A unificação da oposição é um desejo de uma parcela do professorado que está descontente com a condução da Apeoesp. Não por acaso, é comum a expressão “a oposição se divide e a situação se unifica”, referindo à recente unidade da Articulação/PT com a Art/Nova/PT, PCdoB e O Trabalho. De fato, enfrentar a burocracia com várias chapas de oposição é um desastre, porque favorece os situacionistas, que já contam com o aparelho sindical e com a burocracia cutista que detém a maioria dos sindicatos. Mas a unificação de uma chapa de oposição frentista implica construí-la sob a base da mais plena democracia e do programa classista, expressão política do proletariado.

A presença de uma vanguarda combativa não assegurou a soberania da Convenção. Prevaleceram os acordos entre PSTU, PSOL e grupos sindicais (Unidos pra Lutar) em torno do programa e da composição de chapa. A Corrente Proletária divergiu do método, defendendo a votação do programa e da composição da chapa na Convenção. Pôde expressar suas divergências programáticas e de método. A plenária acabou referendando o acordo previamente estabelecido. Defendendo o direito de expor nossas diferenças, a Corrente Proletária se integrou à chapa da Oposição Unificada. Não escondemos que o programa aprovado carece de uma linha revolucionária, contendo posições reformistas.

Chamamos os professores a votarem na Oposição Unificada para derrotar a burocracia entreguista e colaboracionista. A se posicionarem em favor de um sindicalismo de luta de classes,

para combater a política governista de destruição do ensino público e das condições de trabalho. A erguerem a bandeira da democracia sindical, que se expressa na soberania das assembleias, dos congressos e que os mandatos dos dirigentes estejam sob o controle das bases. A empunharem as consignas da luta dos explorados contra o sistema capitalista de opressão e dominação. A levantarem a defesa de um único sistema de ensino, estatal, laico, autônomo e vinculado à produção social.

O programa da chapa está muito aquém das necessidades dos professores e da luta pela derrota da burocratização. Mas não inviabiliza a tarefa por avançar política e organizativamente a luta pela independência dos trabalhadores.

A Corrente Proletária conclama o Voto na Oposição Unificada e continuará defendendo dentro da chapa e junto ao professorado o programa e o método de um sindicato classista.

# Publicamos abaixo o programa defendido na Convenção da Oposição Unificada

## Considerações fundamentais

A Convenção é o momento em que as posições políticas são expostas e votadas. Define os rumos de uma campanha pela mudança de direção no sindicato. Arma a vanguarda do programa e dos métodos para enfrentar a burocracia sindical, que há décadas se apropriou da Apeoesp e fez dela um canal de manifestação da política governamental do PT e da conciliação de classes. Daí a importância de uma Convenção sobre a base dos princípios da democracia sindical, onde o programa e a composição de chapa sejam frutos do debate coletivo e do voto de posições. A soberania da Convenção é o instrumento que assegura a unidade frentista, rompendo traços burocráticos e assegurando, pelo voto de maioria e minoria, a democracia sindical.

A Corrente Proletária/POR participa da convenção defendendo esses princípios e um programa classista para derrotar a burocratização e a estatização e colocar a Apeoesp a serviço das reivindicações dos professores e da luta geral contra o sistema capitalista de opressão nacional e social.

## Pontos Programáticos

1. A crise econômica mundial, que explodiu em 2008 nos Estados Unidos, trouxe à tona contradições cada vez mais agudas do sistema econômico capitalista em desagregação. Entre elas, o enorme capital parasitário sem a correspondência real com a produção. As consequências têm sido violentas para as massas exploradas, atingidas pelo desemprego e cortes de recursos estatais aos serviços essenciais (educação, saúde e previdência). As diretrizes imperialistas para conter a crise foram implementadas nas potências e nos países semicoloniais. Aumentando, assim, o intervencionismo dos Estados Unidos por toda parte.
2. As greves e manifestações na Grécia, Espanha, França, Inglaterra e Portugal vêm mostrando o caminho da resis-

tência dos trabalhadores e da juventude contra as medidas de destruição de empregos e de conquistas sociais. Os governos tentam aplacar a luta dos explorados pela repressão militar. Contam com a colaboração das direções sindicais na implementação de medidas anti-trabalhadoras. Assim, as revoltas dos oprimidos estão, também, obrigadas a combater a política da burocracia sindical e dos partidos de verniz socialista/comunista.

3. Os levantes populares na África e Oriente Médio contra governos ditatoriais têm suas raízes na crise econômica. Apesar de serem protagonizados pelas massas exploradas têm o conteúdo burguês e pequeno-burguês de democratização do Estado. Travam combates heróicos, como o da Líbia, mas carecem do programa da revolução proletária, de derubada do sistema capitalista e do regime que o sustenta. O apoio aos levantes deve se dar erguendo a bandeira da autodeterminação das nações oprimidas, de expulsão do imperialismo e defesa da revolução proletária, que pressupõe a construção do partido revolucionário.
4. A decomposição do capitalismo impõe maior intervencionismo militar e econômico dos Estados Unidos. A ofensiva dos países imperialistas sobre a Líbia e os ataques das tropas da ONU na Costa do Marfim atestam o crescente poderio bélico imperialista sobre os países semicoloniais. Por outro lado, os Estados Unidos forçam os governos latino-americanos a se alinhar por detrás de sua política. A visita de Obama ao Brasil mostrou o quanto o governo Dilma está submetido à ordem imperialista, sob o comando dos Estados Unidos. As bandeiras - "fora o imperialismo na Líbia"; "fora as tropas imperialistas da Costa do Marfim, Haiti e de outras nações semicoloniais"; "autodeterminação das nações oprimidas"; "viva o levante das massas contra a fome, a miséria e os governos ditatoriais" - sinalizam a luta pela



derrocada do sistema capitalista.

5. O governo Dilma é burguês e pró-imperialista. Golpeou milhões de assalariados e aposentados impondo o miserável salário mínimo de R\$ 545,00. Planeja a imposição de novos ataques à previdência dos servidores públicos. Realizou violentos cortes de recursos, atingindo serviços essenciais, para proteger os capitalistas nacionais e estrangeiros. E milhões de Reais são usados para pagar os juros das dívidas interna e externa. O fato é que a inflação retomou, a elevação dos preços dos alimentos e o aumento das tarifas estão corroendo os salários e o terror do desemprego continua sobre a maioria explorada. Portanto, o governo de Dilma PT/PMDB é antinacional e antipopular. Os trabalhadores devem levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo por meio da defesa das reivindicações mais sentidas dos explorados e do método da ação direta.
6. Em São Paulo, já são quase 20 anos de governo do PSDB. As diretrizes educacionais (PDE/PNE etc) do governo do PT vêm sendo impostas pelo PSDB no estado. Alckmin mantém o arrocho salarial sobre o funcionalismo e a política de privatização de serviços públicos, metrô, saúde e educação. Trata-se de uma oposição burguesa ao governo federal, que procura retomar o poder do Estado. O funcionalismo e os explorados devem combater nas ruas a política dos governantes, que é contra a vida das massas.
7. A classe operária e demais oprimidos estão sob o controle da burocracia sindical cutista e forcista. As Centrais sindicais oficializadas vivem às custas do dinheiro e dos cargos provenientes do Estado. Propagam no seio das massas a política da burguesia e dos governantes. Realizam os acordos com o patronato em favor do capital contra a vida dos trabalhadores, a exemplo do Banco de Horas. Impõem aos sindicatos e Centrais a ditadura da burocracia, portanto, contra a democracia operária nas assembleias, congressos e nas eleições sindicais. Chegou-se ao ponto de anular o poder das comissões de fábrica e criar os comitês sindicais, aparelhos que servem aos patrões e aos burocratas vendidos. A tarefa colocada é a de combater a burocratização e estatização dos organismos dos trabalhadores, o que pressupõe a construção de uma oposição classista sob a base do programa da luta de classes. Daí a importância da defesa da bandeira de independência política dos organismos sindicais e da democracia operária.
8. A educação está em frangalhos. O governo federal implementa as orientações imperialistas por meio da Reforma do ensino e do Plano Nacional de Educação. Cujas essência é a redução de recursos estatais, o aumento das privatizações, a ampliação do ensino a distância, as avaliações institucionais, as provas de mérito e a seleção e exclusão dos considerados “inaptos”. O ensino se tornou gerencial e empresarial, submetido às metas que vêm de organismos internacionais. Os governos estaduais e municipais seguem essa lógica. Está aí o resultado: fracasso escolar. A tarefa é a de rejeitar de conjunto a reforma educacional privatista e todas as leis que materializam o avanço da mercantilização do ensino e da destruição de conquistas sociais.
9. Os trabalhadores da educação, estudantes e suas famílias operárias e camponesas devem rechaçar o ensino livresco, memorístico e descolado das reais necessidades da maioria oprimida semi-analfabeta ou analfabeta. E defender o ensino público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social. Portanto, o ensino que combina a teoria e a prática, capaz de desenvolver o conhecimento científico. A estatização, sem indenização, da rede privada e o acesso livre a todos os níveis de ensino são fundamentais na luta contra a destruição da escola pública e o avanço da mercantilização. A combinação dos estudos com o trabalho, por meio da bandeira de nenhum jovem fora da escola e nenhum jovem sem trabalho - 4 horas na escola e 4 horas na produção, permite preservar as capacidades físico-mentais dos jovens, que desde cedo são privados do ensino e mutilados pela exploração capitalista.
10. A defesa das condições de vida dos trabalhadores da educação deve iniciar pelas reivindicações de salário mínimo vital, que é de R\$3.824,00 e escala móvel de reajuste; escala móvel das horas de trabalho; fim das discriminações e diferenciações no seio do professorado; estabilidade aos contratados e efetivos. Preservação da capacidade físico-metal através do salário mínimo vital para manter uma família de 4 pessoas sem a necessidade do trabalhador ter mais de um emprego e pela redução do número de alunos por sala. Aposentadoria especial, que supõe a luta contra a reforma da previdência. As reivindicações só serão arrancadas pelo combate direto, nas ruas, nas greves e nas manifestações.
11. Em relação ao sindicato, é preciso colocá-lo como meio auxiliar da luta contra a exploração capitalista. O sindicalismo propositivo e de colaboração de classes anulou o sindicato como instrumento proteção da força de trabalho, tornando-o apêndice da política burguesa e de seu Estado. O sindicato é um órgão de resistência, criado pelos trabalhadores. Sua tarefa é defender sua base e os explorados em geral. Uma chapa de oposição à burocracia da Apeoesp deve se colocar no campo de classe dos trabalhadores, erguendo as bandeiras da democracia operária e da independência frente aos governos e ao Estado capitalista.
12. Por fim, reafirmamos: a transformação que reivindicamos se assenta na abolição da propriedade privada dos meios de produção, no fim do latifúndio, na entrega das terras aos sem-terra, na expulsão das multinacionais, na nacionalização das empresas, dos bancos e no monopólio do comércio exterior e na defesa de um único sistema público/estatal, da saúde, educação e da previdência. O governo que defendemos é o governo operário-camponês, resultado da revolução social.

# **Manifesto do Partido Operário Revolucionário ao 4º Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da UNE**

Ocorrerá nos dias 21 a 24 de abril em Salvador o 4º Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da UNE com o tema “**Ô abre alas que as mulheres vão passar!**”. As representantes, bem com as ex-representantes das secretarias da UNE, que atualmente ocupam cargos importantes no Estado burguês brasileiro, em governos de Estados e prefeituras sob comando do Partido dos Trabalhadores (PT), afirmaram categoricamente no 13º CONEB, ocorrido no Rio de Janeiro, que a atual presidenta Dilma Rousseff abriu alas para as mulheres passarem, “embora as bandeiras feministas não puderam entrar em cena por conta do conservadorismo no Brasil”.

Como vemos, as diferenças de análise da atual conjuntura política do país e de postura frente ao governo petista de Dilma entre os partidos e organizações dirigentes da UNE (PT e PCdoB) e nosso partido já começam por aí. Dizer que as questões e reivindicações históricas das mulheres não foram parte do debate nas eleições passadas devido a um abstrato “conservadorismo no Brasil”, que teria constrangido a candidata petista a silenciar sobre as mulheres e suas reivindicações é no mínimo falsear a realidade dos fatos.

Na verdade, Dilma teve a oportunidade para fazê-lo e quando o fez foi no sentido de negar às mulheres direitos simples e claro como a luta pela legalização do aborto, contra a sua criminalização pelas leis e Justiça burguesas. Cedeu às pressões das igrejas e do conservadorismo concretamente existente na sociedade burguesa.

Mas os problemas não param por aí. As mulheres trabalhadoras e demais explorados continuam morrendo nas filas de hospitais, submetidas a procedimentos inadequados e insalubres em clínicas clandestinas, sem acesso a exames e tratamentos, padecendo da violência e sendo superexploradas nas relações de trabalho. É fundamental dizer que as condições de trabalho e salário das mulheres em nosso país são incomparavelmente piores que as dos homens trabalhadores. Trata-se de uma discriminação que serve à exploração e ao lucro dos capitalistas.

Portanto, se estamos querendo combater, junto com os operários, camponeses, estudantes, servidores públicos e movimentos sociais, temos de tomar partido diante do Estado burguês e dos governos estaduais e municipais, mesmo que dirigidos pelo PT, que nasceu das greves do final dos anos 1970 e início dos 80, trilhou uma trajetória de apego ao parlamento e instituições da democracia burguesa e, hoje, está à frente do Estado, protegendo a propriedade privada, gerenciando a crise do capitalismo, representando o conjunto dos negócios burgueses, respeitando os capitais dos grandes monopólios e investidores financeiros e controlando os explorados com migalhas, para evitar o acirramento da luta de classes.

O Evento tem por objetivo, segundo os próprios organizadores, criar uma agenda ampla que avance o debate nos espaços de decisões da entidade e apresentar os desafios da mulher brasileira. A programação do encontro exprime as concepções políticas das direções da UNE, quais sejam as correntes estu-

dantis do PT e PCdoB, base de apoio do governo Dilma e de diversos governadores e prefeitos, apresentando discussões de natureza academicista, sem de fato organizar as mulheres em torno de um programa revolucionário de combate à opressão da mulher empregada ou desempregada. Por essa via, se utilizará a opressão da mulher para fins eleitorais e demagógicos.

A autêntica defesa da vida das mulheres significa antes de tudo a defesa de suas reivindicações históricas, mas também o reforço conjunto com os trabalhadores da luta anticapitalista e anti-imperialista, isto é, de destruição do capitalismo e construção do socialismo. Não se trata, portanto, de mascarar o caráter de classe dos governos e do Estado, de reforçá-lo ou de defender um capitalismo mais humano, como tem sido feito pela direção da UNE, pela via da colaboração de classes e do controle férreo e burocrático das lutas estudantis, que mantém os estudantes conformados e atados diante das medidas e leis de ataque à educação, às universidades e à vida dos trabalhadores e servidores públicos em curso no Congresso.

A luta das mulheres não deve estar isolada das lutas dos demais explorados (homens e mulheres trabalhadores), as reivindicações das mulheres oprimidas devem estar articuladas à estratégia da Revolução Proletária e ao método da ação direta (manifestações, greves, ocupações etc.). A ausência de uma direção e um programa revolucionários na UNE contribui para a atual crise de direção e o estado de inoperância da direção reformista diante dos ataques aos trabalhadores, camponeses, estudantes, servidores e às mulheres trabalhadoras e exploradas. Diante da crise capitalista mundial e do avanço da barbárie, coloca-se para as mulheres neste encontro a tarefa de discutir os reais problemas das mulheres trabalhadoras e do conjunto dos explorados e se armar de um programa de ação, que articule as suas reivindicações elementares à luta pela destruição do capitalismo.

## **Defendemos:**

1. Fim de toda a discriminação social;
2. Combate aos preconceitos relativos às mulheres no proletariado masculino, reforçando o princípio da unidade da classe operária (homens e mulheres) na defesa das reivindicações;
3. Luta contra a influência da religião, com o objetivo de elevar politicamente as massas femininas;
4. Total proteção à maternidade e aos filhos pelo Estado;
5. Salário mínimo vital;
6. Igual trabalho, igual salário;
7. Defesa do programa do proletariado de fim do sistema econômico capitalista

**Viva a luta das mulheres trabalhadoras!**

**Viva a luta anticapitalista e antiimperialista!**

**Nenhuma conciliação de classes com os governos e patrões!**

**Viva a revolução e ditadura proletárias!**

**Que vivam as mulheres trabalhadoras, que morra o capitalismo!**

Salvador, 21 de abril de 2011.

## Nesta edição:

- Crise econômica e resistência das massas europeias
- Portugal: Mais uma vez a “crise da dívida pública”

## Artigos do Cerqui

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Crise econômica e resistência das massas europeias

Depois de estourada a crise nos EUA, ela logo atingiu a Europa e outras partes do globo. Todos os governos europeus foram ágeis em resgatar bancos e instituições privadas à beira da falência. Irlanda, França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Países Baixos, e outros dispenderam bilhões de euros salvando o sistema financeiro internacional.

Como a crise capitalista constitui a fase de ajuste das economias capitalistas, esse ajuste representa para os explorados de todo mundo uma destruição de parte das forças produtivas. Na Europa, berço do capitalismo, as contradições se avolumaram nas últimas décadas: de um lado, alguns direitos garantidos à classe operária e aos demais trabalhadores, que inexistem nos demais países do planeta, e, de outro, uma massa de capital especulativo, improdutivo, que tomou a economia de importantes países, como Irlanda, Grécia, França, Inglaterra, etc. A saída dos governos para a crise foi queimar as riquezas acumuladas e cortar a parte do produto social que os trabalhadores tinham acesso. Tanto uma quanto a outra das medidas objetivavam salvar o capital parasitário de uma bancarrota maior.

O que inicialmente apenas causou descontentamento em setores da população, logo mostrou o seu real significado. A ajuda ao capital financeiro levou a um estado de quase insolvência de vários países do bloco europeu. A montanha de riquezas queimadas para estatizar e nacionalizar bancos conduziu a um endividamento monstruoso dos Estados. Em pouco tempo, a classe operária e demais oprimidos viram as medidas “anticrise” dos governos recair sobre suas costas.

### Na Grécia, os métodos de luta ressurgem

O primeiro governo a descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores foi a Grécia. Com um déficit público que ultrapassou os 15% em 2009, o governo de Papandreu, primeiro-ministro do país, atendendo ao chamado do FMI e do Banco Central Europeu, apresentou um pacote de cortes públicos, que levaria a aumentar o desemprego, diminuir o valor dos salários e estrangular direitos sociais (como da aposentadoria e das pensões).

Já em 2009, funcionalismo, trabalhadores de empresas privadas, juventude e operários de diferentes setores saíram às ruas para dizer não a esse conjunto de medidas. Quatro greves gerais, com paralisações de 24 horas, reuniram milhões de trabalhadores. Bloqueios de avenidas, destruição de fachadas de bancos, grandes passeatas marcaram esse início da resistência.

Em 2010, o movimento não resfriou. Ao contrário, ganhou em radicalidade. Paralisação de caminhoneiros, fechamento de vias turísticas, greves setoriais do funcionalismo, enfrentamento com a polícia deram o tom da indignação geral. A popularidade do governo caiu sem parar, levando, inclusive, à agressão ao primeiro-ministro em 11 de setembro, quando esse anunciava mais uma série de cortes em serviços públicos.

Apesar da intensidade das manifestações, de seu caráter massivo, faltou aos movimentos uma direção revolucionária. As direções fixaram o objetivo de negociar as medidas do governo. A pressão popular, com os métodos operários, objetivava barrar o corte nos salários e nos direitos, mas não contava com a resolução do governo em atender disciplinadamente as ordens do FMI e BCE. O resultado foi que a maior parte do pacote foi aprovado com ampla folga no parlamento grego.

As manifestações, porém, não pararam e não há perspectiva que cessem. Novos ajustes nas contas do Estado são anunciadas diante da recessão em 2011 e da insuficiência das medidas anteriores. Golpes mais duros contra a vida das massas ainda serão anunciados. A juventude, os trabalhadores em geral e a classe operária, em particular, devem protagonizar novos e mais violentos choques contra o Estado capitalista.

### Na França, milhões de pessoas às ruas

Em 2010, o governo de Sarkozy anuncia uma mudança na previdência do país (aumentando o tempo de contribuição e da idade mínima para solicitar o direito). As Centrais, embora fragmentadas, convocam paralisações de 24 horas a partir de julho.

Julho, agosto, setembro, outubro e novembro são então marcados por intensas mobilizações em todas as partes do país. As manifestações de setembro, quando as Centrais atuavam juntas, reuniu mais de 3 milhões de franceses, em mais de 200 cidades do país. As greves setoriais eram o próximo passo do movimento.

Nas universidades e nas escolas de educação básica, em setores do funcionalismo público, entre os portuários de Marselha, entre os operários das refinarias – greves que abalaram o governo e exigiram a sua intervenção. Se as Centrais tentavam conter o impulso das massas, condicionando as paralisações a 24 horas e defendendo a saída institucional (plebiscito, petições, etc.), uma camada dos mobilizados buscava atingir, por meio de greves indeterminadas e por

meio de ações mais radicalizadas, como os bloqueios, a derrubada do projeto governamental.

O bloqueio de ¼ das refinarias, dificultando a produção de combustíveis para as regiões metropolitanas, obrigou o governo a agir e utilizar a força repressiva do Estado. Colocou em cena os métodos mais radicalizados da classe operária; colocou em cena a própria classe operária no coração de um dos principais países imperialistas do planeta.

A política encarnada por esse movimento contra a Reforma não era, no entanto, a política revolucionária, de derrubada do governo antipopular; era a política estalinista e social-democrata das Centrais, que se curvavam diante do parlamento burguês. As Centrais atuaram como parte da oposição burguesa, expressa no Partido Socialista. Não tiveram capacidade de transformar o movimento massivo em um movimento dirigido pela classe operária e por seu programa, porque eram direções colaboracionistas com o governo de Sarkozy.

## Manifestações continentais

Além de França e Grécia, ocorreram protestos em todas partes do continente. De Portugal ao Leste Europeu, as massas foram às ruas lutar contra os pacotes de “austeridade” dos governos. O dia 29 de

## Portugal

# Mais uma vez a “crise da dívida pública”

Primeiro, cria-se o clima de terror em torno da dívida pública; em seguida, parte-se para gestos teatrais de independência política e econômica e, por fim, os governos estão logo se ajoelhando diante do FMI e Banco Central Europeu.

O enredo tem se repetido ao longo dos últimos dois anos: Grécia, Irlanda e agora Portugal. A primeira parte da novela objetiva convencer parcelas da classe média e da pequena burguesia sobre os efeitos nefastos do endividamento crescente dos governos e a necessidade de duros ajustes fiscais (corte de gastos, de benefícios e de serviços públicos). Com a mídia atuando de forma unitária sobre o problema, os governos posam de independentes e se negam, em um primeiro momento, a receberem qualquer ajuda externa, sobretudo do FMI. O jogo de cena pretende evitar o máximo de choques interburgueses no interior do país. Inevitavelmente, recorre-se à ajuda externa e, como custo, adota-se o pacote de medidas “austeras”, que incluem desemprego, aumento de impostos, congelamento e corte de salários e retirada de direitos sociais.

Alertou-se ao longo de 2009 e 2010 que o déficit público crescia de forma “incontrolável” e que chegaria a mais de 7% em 2010. Escritórios de estatística europeu calculam que o índice deve ter chegado a 8,2% do PIB.

O que se esconde dessa lógica com passos bem definidos é que não era “incontrolável” o destino que recebia todo o dinheiro emitido pelo governo para salvar instituições financeiras do país como o Banco Português de Negócios, ou para salvar grandes empresas, como as do setor de transportes. Como no caso de Grécia, Irlanda e outros países europeus, o déficit público aumentou não em virtude de investimentos na economia do país, mas pelo resgate a empresas afetadas pela crise do EUA em 2008.

O governo “socialista” do ex-primeiro-ministro, José Sócrates, que pediu demissão em 23 de março, resolveu solicitar a ajuda de FMI e BCE. O valor pode chegar a 70 bilhões de euros. Segundo Sócrates, ele foi obrigado a renunciar para não ter que pedir o empréstimo e

setembro marcou o ato continental contra as medidas impostas pelo FMI e BCE. Grandes protestos paralisaram países como Portugal, Espanha, Bélgica, Itália, etc. Em 15 de dezembro, nova manifestação continental demonstrou a força dos trabalhadores.

Percebe-se, no conjunto dessa resistência, a falta da direção revolucionária. A ausência dos partidos operários levou à derrota dos movimentos. Entretanto, novas reformas e medidas vão ser pretendidas pelos governos de plantão. Mais cedo se colocará o problema da direção dos movimentos e novas frentes de luta devem se abrir, ampliando a possibilidade de construção da própria direção revolucionária.

Assim vemos que a resistência das massas faz-se necessária para impedir os violentos ataques dos governos capitalistas e para condenar a próprio modo de produção capitalista que, de tempos em tempos, recorre a essa violência.

Transformar as lutas de contestação às medidas anticrise em lutas de contestação do próprio sistema capitalista, em lutas revolucionárias de destruição do capitalismo é a tarefa para o próximo período. Para isso, é urgente a Reconstrução da IV Internacional e das seções nacionais dos partidos operários revolucionários. Com isso, o próximo período será de vitórias para todos os explorados do mundo.

por falta de patriotismo das oposições de direita do Parlamento. O que a atitude do primeiro-ministro demonstra não é independência frente ao FMI, mas puro interesse eleitoral, uma vez que a renúncia se deu depois da quarta tentativa de fazer aprovar um pacote de medidas que incluíam diminuição de gastos com aposentadoria e aumento de impostos. Aquilo que o FMI exigiria foi antes tentado pelo próprio “socialista”. O conteúdo das medidas a serem adotadas eram as mesmas, mudava a forma de fazê-lo: ajoelhado diante dos organismos internacionais ou posando de responsável diante da comunidade europeia.

## Manifestações em Portugal

Como nos demais países, espera-se que aumentem as manifestações contra as medidas de austeridade. Nos dias 13 e 19 de março, ocorreram manifestações organizadas pela CGTP, maior central sindical do país, que reuniram mais de 200 mil trabalhadores.

Os dados do desemprego são os que têm levantado as mobilizações (mais de 11% da população ativa), exigem-se também mudanças na política econômica, que tem levado ao aumento de impostos e congelamento de salários no último ano.

Em 01 de abril, uma manifestação, também organizada pela Central, levou milhares de jovens às ruas. A juventude, como na Espanha, é mais castigada pelo desemprego e pelos baixos salários.

A tendência é que, ao serem aprovadas as medidas de austeridade pelo Parlamento, novas manifestações devam ocorrer, com maior participação dos trabalhadores e, sobretudo, da classe operária, como ocorreu em fins de 2010, na greve geral.

A possibilidade de os trabalhadores portugueses barrarem o pacote de medidas impostas pelos organismos imperialistas está dada nas lições das jornadas de luta gregas, francesas e continentais que ocorreram ao longo de 2010. Os métodos da ação direta e a organização da juventude e da classe operária permitirão derrotar os governos e expulsar o FMI e BCE do país.